

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

GABRIEL MONTEIRO OTAVIANO CERQUEIRA

GUERRAS DE MENTIRA

**A doutrina de operações de informação e de operações psicológicas no
Exército Brasileiro de 1999 até 2024**

Rio de Janeiro

2025

GABRIEL MONTEIRO OTAVIANO CERQUEIRA

GUERRAS DE MENTIRA

A doutrina de operações de informação e de operações psicológicas no Exército Brasileiro de 1999 até 2024

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (Tecnologias da Comunicação e Estéticas) da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Henrique Antoun

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: sem a bolsa que me foi concedida, a realização deste trabalho teria sido árdua. Agradeço à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a cada um de seus funcionários: sem o seu trabalho, o meu não teria sido possível. Agradeço especialmente aos docentes que tanto contribuíram para a minha formação: Giuseppe Cocco; Henrique Antoun, meu caro orientador; Leonardo de Marchi; Marcos Dantas; Anita Leandro; e Fernanda Bruno. Agradeço à Professora Aline Couri e ao Professor Cocco, mais uma vez, por terem aceitado compor a banca avaliadora deste trabalho. Enfim, agradeço à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército por ter me recebido.

À Laís Medeiros: obrigado pelas incontáveis horas de escuta, por toda a ajuda, de toda ordem, e pela companhia, inestimável. À minha amiga Luisa Sader: sem a sua ajuda, eu sequer teria começado. À minha amiga Angélica Albuquerque: obrigado pelos empurrões, sempre fortes. À minha amiga Ana Luísa Martins: obrigado pela alegria e pelo cuidado. Ao meu amigo Rael de França: obrigado pela dedicação aos nossos projetos, e pela generosidade com os meus. Ao meu amigo Daniel de Paula: obrigado por toda a dedicação e carinho. Finalmente, ao meu amigo Jean Tozzi: se não fosse por você, este trabalho seria, no melhor dos casos, confuso.

Agradeço a você: que este trabalho lhe sirva para algo.

A lei da guerra se baseia no engano.

(Sun Tzu)

A filosofia, tal como usamos a palavra, é uma luta contra o fascínio que as formas de expressão exercem sobre nós.

(Wittgenstein)

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise dos conteúdos de dois manuais de campanha do Exército Brasileiro: o de operações de informação e o de operações psicológicas. Para tanto, os seguintes procedimentos foram adotados. Foi realizada uma análise dos artigos publicados a esse respeito nas revistas do Exército, o que cobriu um período que vai de 2008 até 2024. A seguir, foi feita a análise dos conteúdos dos manuais. Finalmente, buscou-se recuar destes para os seus antecedentes teóricos. As principais conclusões alcançadas apontam para a necessidade de uma maior independência do pensamento militar brasileiro em relação a outros países e para definições doutrinárias que estabeleçam de maneira mais clara limites para as ações militares, em especial no que diz respeito ao emprego de técnicas que visam o controle da opinião pública.

Palavras-chave: operações psicológicas; operações de informação; Exército Brasileiro.

ABSTRACT

This paper analyzes the contents of two Brazilian Army field manuals: Information Operations and Psychological Operations. Therefore, the following procedures were adopted. An analysis was made of the articles published on the subject in Army magazines, covering a period from 2008 to 2024. Next, the contents of the manuals were analyzed. Finally, an attempt was made to go back to their theoretical antecedents. The main conclusions reached point to the need for greater independence of Brazilian military thinking in relation to other countries and for doctrinal definitions that establish limits more clearly for military actions, especially with regard to the use of techniques aimed at controlling public opinion.

Keywords: psychological operations; information operations; Brazilian Army.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. CONTEXTO DA PRODUÇÃO DESTE TRABALHO	10
2. OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO E OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS EM ARTIGOS PUBLICADOS NAS REVISTAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO DESDE O ANO DE 2008	16
2.1. RISCOS “INFORMACIONAIS”, “PSICOLÓGICOS” E AFINS	19
2.2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO, OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS E AFINS	33
2.3. CONHECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL ACERCA DAS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO, OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS E AFINS	35
2.4. ELEMENTOS TEÓRICOS RELEVANTES PARA A ANÁLISE DOS MANUAIS DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO E OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS	37
2.4.1. Operações Psicológicas	38
2.4.2. Conflitos Irregulares	39
2.4.3. Revolução em Assuntos Militares	40
2.4.4. Ciclo de Tomada de Decisão (OODA Loop)	41
3. MANUAIS DE CAMPANHA DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO E DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS	43
3.1. MANUAL DE CAMPANHA DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO	43
3.2. MANUAL DE CAMPO DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS	46
4. ANTECEDENTES TEÓRICOS DOS MANUAIS ANALISADOS	58
5. CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
APÊNDICE A	75

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Artigos publicados por ano divididos segundo autoria.....	17
Gráfico 2 – Patentes dos autores militares.....	17
Quadro 1 – Técnicas utilizadas nas propagandas de operações psicológicas.....	47
Figura 1 - Exemplo de propaganda adversa branca	51
Figura 2 - Contrapropaganda à propaganda adversa branca (Figura 1)	52
Figura 3 - Ciclo OODA apresentado no manual de comando e controle.....	61
Figura 4 - Ciclo OODA desenvolvido por Boyd.....	61

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa o conteúdo dos manuais de campanha de operações de informação (Brasil, 2019) e de operações psicológicas (Brasil, 1999) do Exército Brasileiro. Tal análise se divide em quatro capítulos: no primeiro, foi feita uma análise das produções científicas publicadas nas revistas do Exército Brasileiro¹ acerca do tema. Um total de 30 artigos acadêmicos foram estudados, o que cobriu o período do ano de 2008 até 2024. A razão de analisar primeiro os artigos, antes dos manuais, é que eles contextualizam o emprego de tais procedimentos, o que possibilita uma leitura menos abstrata dos próprios manuais. O que se buscou evidenciar nos artigos foi, nesta ordem de prioridade, o seguinte: (i) os riscos apontados por eles que *justificam* a existência e o estado atual desses manuais – o seu contexto; (ii) a formação do Exército Brasileiro nessas áreas; (iii) o conhecimento de civis sobre essas áreas – por exemplo: se os autores desses artigos consideram que a sociedade civil está devidamente informada sobre aqueles riscos; e (iv) considerações teóricas. Também se buscou apontar alguns dados quantitativos: publicações por ano; quantidade de artigos de autores militares e civis; e as patentes dos autores militares – o que serve como índice para a relevância do conteúdo dos artigos no contexto da instituição.

No segundo capítulo, foi feita uma análise dos próprios manuais de operações de informação e de operações psicológicas. As definições de op. de informação e de op. psicológicas são, respectivamente:

o emprego integrado de [capacidades relacionadas à informação] e outros recursos relacionados à informação, no âmbito da dimensão informacional, para influenciar, interromper, corromper ou para usurpar o processo de tomada de decisões de adversários e potenciais adversários, enquanto protege o nosso próprio. (Brasil, 2019, p. 3-1)

o conjunto de ações de qualquer natureza, destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões de um grupo social, com a finalidade de obter comportamentos predeterminados. (Brasil, 1999, p. 1-4)

¹ Listadas no seguinte endereço: < <https://ebrevistas.cb.mil.br/> >, acesso em 08/02/2025.

O que se buscou evidenciar nos manuais foi o seguinte: (i) os riscos apontados neles que justificam a sua existência; (ii) os limites de ação dos procedimentos prescritos por eles; e (iii) alguns desses procedimentos.

No terceiro capítulo, buscamos recuar dos manuais para as teorias militares subjacentes. Para que ficasse evidente que as teorias que abordamos *de fato* serviram de base para a formulação de tais manuais, foi necessário procurar apoio em outros documentos do Exército Brasileiro – dado que não há uma relação necessária entre a produção científica analisada e os manuais.. A *Doutrina Para o Sistema Militar de Comando e Controle* (Brasil, 2015a), assim como o manual de campanha de *Comando e Controle* (Brasil, 2015b), deixa claro que o “ciclo de tomada de decisão” ao qual os manuais de op. de informação e de op. psicológicas referem-se foi conceituado por John Boyd, nominalmente citado no documento. Isto é muito relevante para o presente trabalho, dado que os manuais analisados não fazem qualquer menção direta às teorias que lhes servem de base. A relação entre o pensamento de Boyd e tais manuais também nos levou a considerar duas de suas descendências teóricas: Richard Szafranski e William Lind – cuja teoria da “guerra de quarta geração” é citada algumas vezes nos artigos analisados. Para o leitor que acaba de se aproximar do tema, tais relações podem parecer triviais, mas o fato é que é significativo de um ponto de vista político que esses autores sirvam de base para os manuais analisados, o que nos leva ao capítulo conclusivo do presente trabalho.

No quarto capítulo, discutimos as possíveis implicações da aderência do Exército Brasileiro às teorias supracitadas. Nesse sentido, a hipótese defendida foi a seguinte: essas teorias – e o conteúdo dos manuais, portanto – não permitem definir claramente os limites para a ação militar nos âmbitos midiático e político. Além disso, cabe atentar para o aspecto “preventivo” (“potenciais adversários”) de alguns procedimentos prescritos nesse contexto – manuais e/ou artigos: deve-se agir já para desmobilizar as possíveis ameaças futuras.

1.1. CONTEXTO DA PRODUÇÃO DESTE TRABALHO

A pesquisa que deu origem a este trabalho teve início no ano de 2022. Nos anos anteriores, sobretudo no período da pandemia de Covid-19, as notícias falsas (*fake news*) se tornaram um tema corrente e de suma importância para a sociedade brasileira. Essas notícias foram e são utilizadas por agentes políticos relevantes – como o ex-presidente Jair

Bolsonaro – de forma estratégica. Este aspecto do uso das notícias falsas motivou o estudo dos manuais de operações de informação e de operações psicológicas do Exército Brasileiro. As premissas da pesquisa eram bastante simples: (i) se as notícias falsas são utilizadas de forma sistemática, deve ser possível apontar a sua estrutura ou forma geral; e (ii) se existe uma parte da realidade na qual notícias falsas são empregadas de forma estratégica e na qual devem existir prescrições claras sobre como empregá-las, essa parte deve ser a militar. Afinal, na guerra, a primeira vítima é a verdade.

Como o leitor pôde observar, essa pesquisa levou a um lugar diferente: em vez de (i) uma analogia entre o emprego estratégico de notícias falsas por atores políticos e atores militares em um contexto de guerra; (ii) o uso militar de notícias falsas *no* âmbito político. Essa diferença não decorreu de uma constatação do tipo “recentemente foi observado o emprego de técnicas de manipulação por militares no contexto político”. O aspecto factual importa, mas o resultado a que chegamos é mais próximo de “dado que os procedimentos de operações de informação e de operações psicológicas foram pensados e são prescritos de tal maneira, isso *implica* em ações militares no âmbito político”. Ou seja, da maneira como esses procedimentos foram elaborados, uma abstenção militar do âmbito político implicaria em contradição. Em outras palavras: a doutrina do Exército Brasileiro *hoje* (2025) *pode* prescrever ações militares no âmbito político.

O “pode” quer dizer apenas que é sempre possível fazer recurso à noção de múltiplas interpretações quando se trata de um texto. Mas este trabalho não é flexível quanto às conclusões alcançadas – que seriam abandonadas caso fossem falseadas, ou caso se apontasse que falseá-las é impossível. Do contrário, o seu conteúdo deverá ser tomado como *verdadeiro*.

Mas, quanto ao aspecto factual, não podemos deixar de mencionar o seguinte: no relatório divulgado no último ano pela Polícia Federal (Brasil, 2024a, p. 118), que investiga uma tentativa de golpe de estado que se passou no ano de 2022 e que objetivava impedir a posse do presidente eleito naquele ano (Luiz Inácio Lula da Silva), consta o seguinte.

A análise dos dados armazenados nas mídias apreendidas em poder [do Tenente-Coronel] GUILHERME MARQUES ALMEIDA durante a fase ostensiva da presente investigação identificou dados consistentes com a disseminação de material antidemocrático, bem como de conteúdo falso, com o intuito de manter mobilizados os manifestantes contrários ao resultado das urnas na eleição presidencial de 2022. Conhecedor da área

de Operações Psicológicas, o investigado se utilizava da propagação de conteúdo falso, visando criar uma atmosfera de indignação e revolta popular. (...) MARQUES ALMEIDA, na época dos fatos, estava lotado no Comando de Operações Terrestres – [Comando Terrestre], Seção de Operações de Informações.

Ao que se segue a definição de operações de informação apresentada no início desta introdução. E mais adiante no mesmo documento (Brasil, 2024a, p. 137):

Os elementos identificados evidenciam que o Tenente-Coronel MARQUES DE ALMEIDA (...) utilizando sua expertise em “operações psicológicas”, atuou no Núcleo de Desinformação e Ataques ao Sistema eletrônico de votação, com o objetivo de descumprir ordens judiciais, disseminando conteúdo falso sobre o sistema eleitoral brasileiro, ação necessária para dar suporte ao Golpe de Estado em andamento.

Disso não decorre, evidentemente, que a hipótese defendida neste trabalho seja verdadeira. É possível narrar os fatos investigados pela Polícia Federal nos seguintes termos. “*Alguns militares* utilizaram o conhecimento adquirido *no* Exército Brasileiro para tentar dar um golpe de estado”. A partir do quê não seria possível falar de ações militares (instituição) no âmbito político, mas apenas de ações *de* militares no âmbito político. De todo modo, esse não foi o tipo de questão com a qual nos ocupamos neste trabalho – mas diz respeito à possibilidade de falsear a sua conclusão. Além disso, a ação *de* militares com formação em operações de informação e operações psicológicas em uma tentativa de golpe de estado seria motivo suficiente para perguntar sobre a responsabilidade da instituição no emprego dessas técnicas fora do contexto militar. Ou seja: a responsabilidade pelas “armas psicológicas” não deve ser minimizada – vide o poder destrutivo que presenciamos nos últimos anos.

Ainda acerca do contexto de produção deste trabalho cabe dizer o seguinte: ao longo dos dois anos em que a pesquisa que deu origem a ele foi realizada, nos deparamos com 3 posturas distintas quando respondemos à pergunta “sobre o que é a pesquisa?”, ou similares. A primeira, foi de estranhamento, com comentário dos tipo “mas por que estudar militares?”. Isso evidencia algo destacado nos artigos analisados no primeiro capítulo: vários deles falam sobre a necessidade da colaboração e participação da sociedade civil nos assuntos de defesa. Eles não falam, no entanto, de controle dos

militares pela sociedade civil, o que aparece apenas de forma inversa, quando é afirmado que as operações de informação e psicológicas têm por objetivo garantir a legitimidade das ações militares perante a sociedade civil – ou seja, algo que esses artigos destacam é que um dos “riscos” que pairam nos âmbitos político e midiático é a possível perda de legitimidade para certas ações militares. Ou seja, um dos objetivos de tais operações é o controle militar *sobre* o controle civil dos militares. Retomamos isso no primeiro capítulo. Por ora, cabe destacar que a primeira postura com a qual nos deparamos tende a considerar o âmbito militar como algo essencialmente distinto dos interesses da sociedade civil – o que, sem dúvida, tem as suas implicações políticas.

A segunda postura oferece um índice sobre o estado atual da democracia no Brasil, e consistiu em uma demonstração de preocupação com o bem-estar dos pesquisadores ao publicar um trabalho potencialmente crítico às ações militares. Isso se materializou em advertências do tipo “cuidado com isso”. Ora, mesmo que essas impressões não digam respeito a um risco real, é significativo que algumas pessoas considerem arriscado pesquisar assuntos militares. Nos perguntamos: por que esse seria o caso em uma democracia? Esse tipo de impressão apenas se agravou recentemente, depois da divulgação da investigação da Polícia Federal supracitada. Ou seja, nossa democracia é suficientemente instável para que parte das pessoas considere *possível* que os militares brasileiros tentem e sejam sucedidos em um golpe de estado e que um regime ditatorial implique em perseguições e retaliações daqueles que realizaram trabalhos críticos àquelas instituições (Forças Armadas).

Finalmente, a terceira postura se fez presente no contexto do programa de Pós-Graduação, no qual o corpo docente reconheceu como pertinente o tema da pesquisa e contribuiu de maneira significativa para o seu desenvolvimento. Assim, as posturas com as quais nos deparamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa foram três: desconhecimento ou desinteresse; preocupação; e interesse e incentivo. É possível que o mesmo valha para qualquer pesquisa e/ou dissertação ou tese, mas consideramos que esses são dados pertinentes sobre este trabalho e a sua execução.

Enfim, sentimo-nos obrigados a tecer algumas considerações que, de certo modo, dão uma resposta a essas posturas – que na maioria das vezes se apresentaram na forma de perguntas: este trabalho *não* é um trabalho de ciências militares ou políticas. Ele trata especificamente do uso militar de conhecimentos dos campos da comunicação e da psicologia. O estatuto científico desses conhecimentos também não é o que está em questão – ou seja, tanto no que diz respeito ao conteúdo dos manuais quanto das teorias

apresentadas no terceiro capítulo, não nos ocupamos da sua verdade ou falsidade. O que consideramos relevante foi o seguinte: existem teorias da comunicação e da psicologia no âmbito militar e elas orientam as ações das instituições militares. Quais são os seus possíveis *efeitos*? É importante notar que, dadas as premissas que foram indicadas acima, nós partimos desses efeitos, para só então perguntar sobre como eles são produzidos no âmbito da guerra, e isso, por sua vez, nos levou a uma consideração do tipo “as teorias que visam orientar a produção e disseminação de notícias falsas no âmbito militar *implicam* na ação militar nos âmbitos político e midiático”. Isso nos pareceu completamente plausível no contexto da pesquisa em comunicação.

Além disso, o que levou o autor deste trabalho à pesquisa na área de comunicação foi a observação, no contexto da clínica psicológica, de padrões que se mostraram pertinentes em alguns casos e que passavam pela lida dos indivíduos com os meios de comunicação: o rompimento de vínculos significativos devido a discordâncias políticas; o alarde constante com a possibilidade de uma “ditadura comunista”, ou semelhantes; o afastamento do convívio social junto à idealização de um passado mais “puro” ou “moralmente correto” etc. E, comumente, uma contradição de todos esses elementos com o contexto de vida dessas pessoas – por exemplo: o alarde com a perda da moralidade e dos valores sociais não era acompanhado do testemunho de comportamentos amorais, mas de notícias de que tais comportamentos ocorriam em certos espaços, como as universidades públicas. É bem possível que o leitor não tenha recebido notícias desse tipo de primeira mão: os conteúdos acessados pela internet, nas redes sociais, são distribuídos de acordo com o perfil daqueles que acessam. A consistência desse padrão, tanto em termos de visão de mundo quanto de ações nele, nos levou a supor que a comunicação de tais notícias falsas também obedece a um padrão geral – ou seja, seria possível mostrar de que forma diferentes conteúdos convergem para uma estratégia única, cuja forma é descritível e cujos atores podem ser apontados inequivocamente. A visão alternativa seria a de que tal padrão emerge da dinâmica das redes sociais – por exemplo – que, pela forma como seus algoritmos de coleta de dados e distribuição de conteúdos são construídos, tendem a segmentar os públicos e a extremar posições políticas. Evidentemente, consideramos essa visão falsa – ela seria considerada possível caso a hipótese inicial da pesquisa fosse falseada, a saber, a possibilidade de uma analogia entre estratégias empregadas na elaboração e disseminação de notícias falsas e o uso militar de notícias falsas e artifícios afins. Como já dissemos, a pesquisa levou a outros caminhos e conclusões.

Uma última pergunta que fizemos no decorrer deste trabalho – e que esperamos que possa ser sanada por pesquisas futuras – foi a seguinte. *Se* o Exército Brasileiro aderiu a teorias que implicam em ações militares nos âmbitos político e midiático em tempos de paz, isso se deu por uma *escolha*, ou seja, essa adesão se deu porque tais teorias são consistentes com alguma posição política dessa instituição; ou, isso se deu por um *engano*, ou seja, essa adesão se deu porque os militares brasileiros não souberam avaliar e escolher o melhor arcabouço teórico para orientar suas próprias ações? Sendo esta opção a correta, a quem interessaria que esse engano fosse cometido? Façamos o seguinte experimento mental: existe algo como uma “guerra psicológica”: como é possível decidir sobre quais teorias – dado que teorias são necessárias para orientar a ação no mundo – são verdadeiras e quais são instrumentos dessa guerra? Ou seja, quais dessas teorias são como “notícias falsas”? Nesse contexto, erros teóricos e epistemológicos levariam à derrota. No melhor dos casos, tal guerra não existe, e um engano desse tipo nos é prejudicial apenas na medida em que nos prejudicamos a nós mesmos – o que não é pouco.

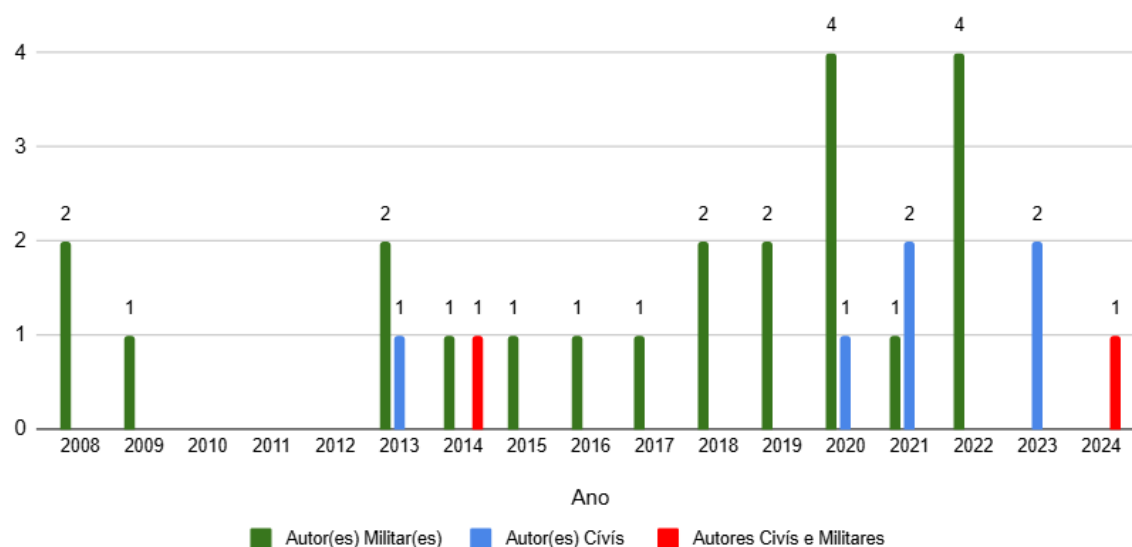
2. OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO E OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS EM ARTIGOS PUBLICADOS NAS REVISTAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO DESDE O ANO DE 2008

Neste capítulo realizamos uma análise dos artigos publicados nas revistas do Exército Brasileiro que se mostraram pertinentes para o estudo dos manuais de operações de informação e de operações psicológicas. Essas revistas estão listadas em uma página virtual do próprio Exército de título *Revistas Exército Brasileiro*² e totalizam 58 títulos. As palavras-chave utilizadas nos buscadores das revistas foram: ‘psicológica(o, as, os)’; ‘cognitiva(o, as, os)’; ‘informação(ões)’; e ‘quarta geração’ – a inclusão desta palavra-chave na pesquisa se deu em função das menções à “guerra de quarta geração” nos artigos que tematizam o uso militar de informações, no sentido da definição dada pelo manual de operações de informação. Após a leitura dos resumos e das conclusões dos resultados, foram selecionados 30 artigos de 10 revistas, a saber: *Revista Meira Mattos*; *Revista da Escola Superior de Guerra*; *Revista Agulhas Negras*; *A Defesa Nacional*; *Análise Estratégica*; *Revista do Exército Brasileiro*; *Revista Giro do Horizonte*; *PADECEME*; *A Lucerna*; e *Revista Doutrina Militar Terrestre*.

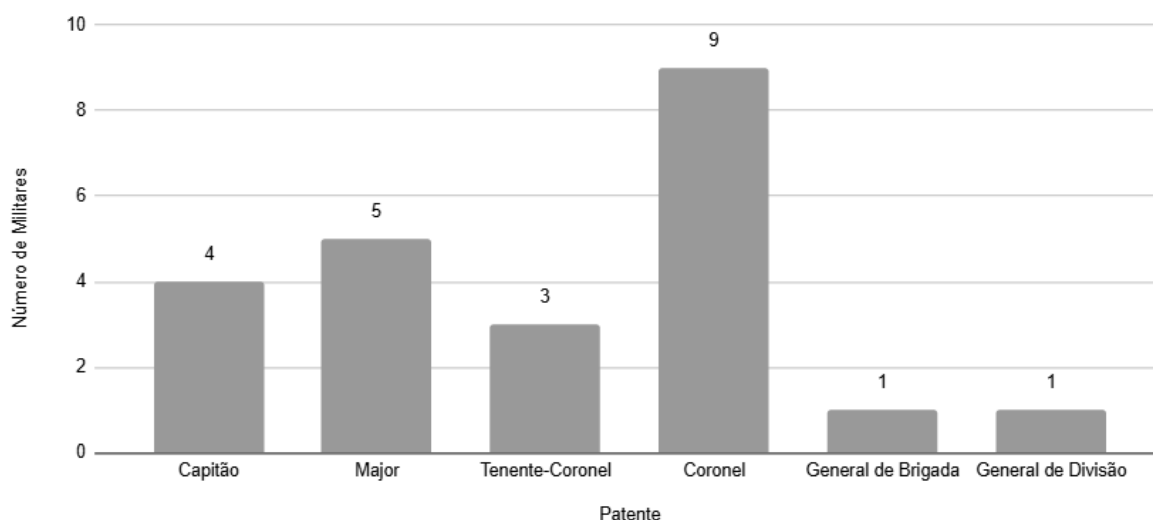
O período de publicação dos artigos selecionados vai de 2008 até 2024, e eles foram organizados por nós com base em uma divisão de três categorias: “autoria de militares”; “autoria de civis”; e “autoria de civis e militares”. Esses dados constam no Gráfico 1, que mostra o número de publicações de cada uma dessas categorias por ano. Além disso, a fim de considerar a relevância do conteúdo das publicações, não do ponto de vista acadêmico³, mas do seu possível impacto no Exército Brasileiro, demos atenção às patentes dos autores militares nas datas em que as publicações foram realizadas, dados que constam no Gráfico 2 – neste, as patentes estão dispostas em ordem crescente, da esquerda para a direita. Concluimos que (i) houve um aumento do interesse pelas operações de informação, operações psicológicas e afins, em especial no período que vai de 2018 até 2022; e que (ii) como os autores das publicações são, em sua maioria, oficiais superiores do Exército (majores, tenentes-coronéis e coronéis), seus conteúdos podem ser relevantes para a organização da instituição.

² < <https://ebrevistas.eb.mil.br/> >, acesso em 08/02/2025.

³ A lista de revistas acima está em ordem decrescente segundo o Qualis, consultado na Plataforma Sucupira.

Gráfico 1 - Artigos publicados por ano divididos segundo a autoria

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Gráfico 2 – Patentes dos autores militares

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Ainda acerca da autoria dos artigos analisados, cabe destacar que alguns nomes capturaram a nossa atenção: (i) o autor do texto *Capacidades Relacionadas à Informação na Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro* é Guilherme Marques Almeida (2019), então major de infantaria que, no ano de 2024, assumiu – sob a patente de Tenente-Coronel – o comando de Batalhão de Operações Psicológicas. Como

consequência das investigações realizadas pela Polícia Federal citadas na introdução deste trabalho, Almeida foi exonerado das Forças Armadas⁴. (ii) Um dos autores do texto *O Ensino das Operações de Informação na Formação dos Oficiais Combatentes de Carreira no Exército Brasileiro* (Ribeiro, et al., 2024) é João Carlos da Silva Néto Júnior, que no ano de 2023 também foi exonerado. Néto Júnior, naquela ocasião, era Coronel e servia no Batalhão de Operações Psicológicas. Aparentemente, essa exoneração também se deu em decorrência das investigações realizadas pela Polícia Federal⁵. (iii) Finalmente, a autoria do texto de título *A Comunicação Estratégica do Exército e a Dimensão Informacional* é de Richard Fernandez Nunes (2020), então General de Divisão e que, hoje (2025) é um dos 19 Generais do Exército – o mais alto nível na hierarquia do Exército Brasileiro. O fato de Nunes ter publicado um artigo abordando os temas tratados neste trabalho é um importante índice da relevância destes.

Segue, nas subdivisões deste capítulo, uma análise dos conteúdos dos artigos selecionados mediante os seguintes critérios: (i) os riscos identificados por eles que apontam para a necessidade e justificam a existência e o estado atual dos manuais de operações de informação e de operações psicológicas – analisados no capítulo seguinte; (ii) a formação do Exército Brasileiro nessas áreas; (iii) a formação de civis nessas áreas – ou seja, se os autores consideram que a sociedade civil está suficientemente informada e preparada para lidar com os riscos elencados, assim como qual a sua posição frente às possíveis ações do Exército nesses campos (“dimensão informacional” e “dimensão humana”); e (iv) considerações teóricas que se mostraram pertinentes para o entendimento e/ou acrescentaram algo novo em relação ao conteúdo dos manuais – críticas, novas elaborações etc. Isso tudo foi apontado.

Esses critérios foram, em larga medida, inspirados pelo *Mapeamento de Riscos Digitais*, publicado pelo Instituto Igarapé no ano de 2021. O mapeamento, por meio de entrevistas, elencou os riscos considerados mais relevantes por diversos setores da sociedade brasileira⁶. No geral, os três riscos considerados de maior relevância foram, nesta ordem: falta de capacitação, *desinformação e manipulação* e cibercrime. E, no caso das forças armadas: falta de capacitação, *desinformação e manipulação* e ameaça à

⁴ <

<https://istoe.com.br/quem-e-o-militar-que-desmaiou-em-operacao-da-pf-e-foi-exonerado-de-comando-do-exercito/> >, acesso em 08/02/2025.

⁵ <

https://www.brasil247.com/blog/chefe-do-exercito-exonera-170-comandantes-de-unidades-de-norte-a-sul#google_vignette >, acesso em 08/02/2025.

⁶ Forças Armadas, Setor Bancário e Financeiro, Setor Privado, Sociedade Civil e Outros (Igarapé, 2021).

infraestrutura crítica. O relatório definiu ‘desinformação e manipulação’ da seguinte forma:

Disseminação de informação falsa, ou a manipulação de pessoas por meio do uso de informação, que podem vir a afetar a integridade física, psicológica e patrimonial de indivíduos, tais como a manipulação de “sentimentos” por meio de ferramentas de inteligência artificial e a desinformação sobre questões relacionadas à saúde, ou de outras tecnologias de informação e comunicação e seus algoritmos. (Igarapé, 2021, p. 5)

Disso surgiu a ideia de considerar como esse risco é abordado nas publicações das revistas do Exército Brasileiro, segundo as premissas descritas na introdução deste trabalho.

2.1. RISCOS “INFORMACIONAIS”, “PSICOLÓGICOS” E AFINS

A fim de considerar os riscos “informacionais”, “psicológicos” e afins descritos nos artigos estudados, optamos por uma exposição cronológica. Desse modo, é possível ver como essas descrições mudaram, ou não, com o passar do tempo. Exluímos desta análise descrições que diziam respeito a estruturas físicas e aos elementos técnicos das redes de informação – por exemplo, a possibilidade de redes de computadores serem alvo de um ataque cibernético por meio de vírus. Ou seja, demos prioridade ao aspecto comunicacional das redes de informação – como as informações transmitidas e recebidas são interpretadas por indivíduos e grupos humanos – e aos possíveis efeitos psicológicos e políticos obtidos através desses meios.

No ano de 2008, duas publicações destacaram os seguintes riscos:

organizações revolucionárias não estatais de diferentes matizes vêm empregando a Tecnologia da Informação em Conflitos de 4 Geração, dela extraindo o máximo de vantagem. (...) Particularmente, Operações Psicológicas Cibernéticas estão sendo otimizadas por diferentes forças irregulares. (Pinheiro, 2008)

No terceiro capítulo abordaremos de forma mais detida a noção de conflitos de quarta geração. Por ora, basta destacar alguns aspectos proeminentes da teoria da guerra de quarta

geração: esta afirma que a guerra hodierna é travada principalmente entre estados e entidades não estatais que, apoiando-se em técnicas não-convencionais de combate, buscam vantagens, sobretudo, nos âmbitos midiático – por exemplo, levando a comunidade internacional a rechaçar as ações militares das forças estatais –, político e psicológico. No limite, essa teoria defende que a “guerra” pode ocorrer sem que haja embates físicos entre as forças. O seu artífice e principal expoente William Lind (2014, p. 126) afirma, por exemplo, que uma das “técnicas” empregadas pelas forças não estatais é a imigração. Em novembro de 2005, Lind (Ibid. p. 311, trad. nossa) afirmou que

o *establishment* francês, impregnado com as doutrinas perniciosas da revolução francesa e ricamente temperado com o marxismo cultural do “politicamente correto”, convidou por décadas a guerra que agora enfrenta. Ela liderou o caminho para a recepção de imigrantes islâmicos na Europa.

Cabe notar que a França não estava em guerra no ano de 2005. Aqui, Lind se refere às revoltas populares que ocorreram nos subúrbios parisienses naquele ano e que tinham como principais atores jovens de famílias pobres e, em sua maioria, filhos de imigrantes⁷. Os confrontos que ocorreram naquela ocasião foram entre parte da população e as forças policiais, ou seja, forças de segurança e *não* de defesa. Em suma, um “conflito” do tipo mencionado por Pinheiro pode configurar o que figuras do campo conservador como Lind costumam chamar de “guerra cultural” – que teria como um de seus vetores o “marxismo cultural”, o que costuma denotar um suposto monopólio dos meios de comunicação pelo campo progressista. Uma figura que ficou conhecida por divulgar essas ideias no Brasil foi o ideólogo Olavo de Carvalho⁸.

Mais adiante, o autor exemplifica algumas dessas “organizações revolucionárias não estatais” e alerta:

Organizações como a Al Qaeda e o Hezbollah têm desenvolvido [operações psicológicas cibernéticas] extremamente eficientes e eficazes, não apenas para o público externo, como também para o público interno, como se pode perceber, por exemplo, nas atividades de recrutamento nas

⁷ < https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_de_jovens_dos_sub%C3%BArbios_da_Fran%C3%A7a_em_2005 >, acesso em 08/02/2025.

⁸ < https://www.youtube.com/watch?v=3OfHc9iF6Y&ab_channel=DaniloMax >, acesso em 08/02/2025.

comunidades muçulmanas em diferentes países do oriente médio. (Pinheiro, 2008, p. 7)

Não há dúvida que a Nação pode pagar um preço muito alto menosprezando a segurança dos seus sistemas de informação. (Pinheiro, 2008, p. 11)

Esses exemplos podem parecer um tanto distantes da realidade brasileira, mas em uma coluna publicada no ano de 2006, Lind (2014, p. 388, trad. e grifos nossos) comenta os atos de violência cometidos pelo Primeiro Comando da Capital no estado de São Paulo em maio daquele ano⁹:

Um apontamento que fiz repetidas vezes nestas colunas é de que a guerra de quarta geração inclui muito mais do que a batalha corrente da América [EUA] contra “terroristas” islâmicos. Na semana passada, eventos no Brasil nos ofereceram um lembrete desse fato. Lá, um gangue, o PCC ou Primeiro Comando da Capital, *lançou um ataque militar de grande escala contra o Estado Brasileiro*.

Assim como no caso das revoltas de Paris, Lind aborda as ações da facção criminosa *como se se tratasse de uma guerra*. Ora, é possível dizer que o PCC lançou um ataque contra o *Estado Brasileiro*? Até onde sabemos, o grupo tinha por objetivo impedir que membros da facção fossem movidos para presídios de segurança máxima. Também dessa vez os confrontos ocorreram entre o grupo e as forças de segurança. Ou seja, o PCC *não* lançou um ataque militar de grande escala contra o Estado Brasileiro, e este não respondeu mobilizando suas Forças Armadas contra a facção. Barbosa e Araújo (2023), ao criticarem a teoria da guerra de quarta geração, alertam para o uso indiscriminado do termo ‘guerra’ por Lind – nos deteremos nos artigos críticos a essa teoria no final deste item, já que eles elencam os riscos da aderência a ela no contexto das Forças Armadas do Brasil.

Não há dúvidas de que o país não deve menosprezar a segurança dos seus sistemas de informação. Mas há sérias dúvidas quanto à teoria da guerra de quarta geração ser o melhor escopo teórico para tomar as medidas necessárias para assegurá-los.

⁹ < https://pt.wikipedia.org/wiki/Atos_de_viol%C3%A2ncia_organizada_no_Brasil_em_2006 >, acesso em 08/02/2025.

A segunda publicação realizada no ano de 2008 procede de modo semelhante à primeira. O principal “perigo” destacado pelo autor se cristaliza na entidade à qual ele se refere, ora como espaço – “a *mídia* é o espaço fundamental do direito conquistado pelo homem de comunicar livremente” (Silva, 2008, p. 268, grifo nosso) – ora como agente – “é importante unir forças com pessoas idôneas que sabem empregar o efeito multiplicador que a comunicação social dispõe, para fazer frente aos ataques da *mídia* que chegam por todos os lados” (Silva, 2008, p. 271, grifo nosso).

Enquanto o primeiro artigo nos levou à indistinção – para não falar em confusão – entre *segurança* e *defesa*, tal como proposto pela teoria da guerra de quarta geração, o artigo de Silva (2008, p. 264, grifos nossos) nos leva a uma perigosa confusão entre guerra e política:

(...) a existência de tantas pessoas poderosamente influentes assumindo atitude manipulativa, fazendo uso dos jornais, da televisão, do computador e de tantos outros meios *como arma*, aproveitando as irracionalidades e fraquezas do ser humano, para moldar seu comportamento, não deixa de ser uma *guerra* silenciosa. Uma grave ameaça que *tem de ser combatida agora*.

(...) não deveriam ser divulgadas informações falsas, tampouco conduzidas campanhas de propaganda ideológica ou outros tipos de manipulação sob o artifício da “proteção pela liberdade do direito de expressão”. (Ibid, p. 268)

(...) a classe dirigente agindo com emoção, por vezes sem o domínio pleno do tema e sem devida competência, toma decisão importante, em função da realidade fabricada, ou mesmo incompleta, sobre os eventos e problemas *colocados na agenda nacional pela mídia*, os quais, por despertarem o interesse do público, passam a ser objeto de política de governo e, até mesmo, de estado. (Ibid, p. 262)

Não podemos nos furtar de fazer as seguintes perguntas: quem são as “pessoas poderosamente influentes”, e a “mídia”? Qual é a “guerra” em questão? E *quem* deve combater a “grave ameaça”? A preocupação do autor não é com *qualquer* manipulação, se entendemos por ‘manipulação’ um tipo de comunicação que leva outrem a pensar e a se comportar segundo nossa própria vontade. Silva não se opõe à propaganda, no geral, tampouco à educação – o que inclui a própria formação militar – ou ao uso dos meios de

comunicação – apesar de ter ressalvas quanto à “liberdade de expressão”. Na verdade, sua preocupação é política, e sua visão do que é a política é grosseira: a mídia é má; os políticos, incompetentes; e há uma guerra a ser travada para salvaguardar os interesses do Estado. Esse mesmo discurso, com uma roupagem sutilmente diferente, saturou os meios de comunicação nos últimos anos com a ascensão da extrema-direita – algo muito semelhante à fala de Olavo de Carvalho supramencionada. Enfim, acerca da “arma psicológica”, é significativo que o autor faça a constatação de que ela “nunca foi aceita como um instrumento permanente da política de segurança nacional pelo Poder Executivo, pelo Congresso ou mesmo pelo povo brasileiro” (Ibid., p. 264).

No ano de 2016, em um artigo de título *A Guerra Híbrida e os Reflexos Para o Exército Brasileiro*, Pinho – também a partir da teoria da guerra de quarta geração, de Lind – afirma que “devido a uma série de condições políticas, econômicas e sociais, [a América do Sul] vive a realidade dos problemas característicos [dos conflitos de] amplo espectro” (p. 80), ao que se segue uma lista, da qual destacamos os seguintes itens:

existência de ideologias conflitantes em nações regionais, o que potencializa o conflito; corrupção em todas as nações sul-americanas; divisões políticas dentro dos países que dificultam a coesão nacional; presença de grupos não-estatais com grande poder financeiro e político; histórico de resolução de problemas pela via militar; sofisticação do crime organizado; contingentes populacionais estrangeiros dentro das nações sul-americanas (Ibid., p. 80-81)

Mais uma vez, nos perguntamos se alguns dos “problemas característicos dos conflitos de amplo espectro” – ou seja, dos conflitos que, segundo a teoria que o autor tem como referência, se dão através de meios “atípicos” – não são características de qualquer sociedade democrática: (i) diversidade de pensamento político; (ii) corrupção – e constatar que a corrupção é um fenômeno comum não é o mesmo que dizer que ela não deve ser punida por meio dos devidos dispositivos legais; (iii) a presença de grupos que detêm poder financeiro e político – como setores da indústria ou do agronegócio; e (iv) imigração. Disso para, como faz Lind reiteradamente, passar a considerar esses *aspectos* – sequer podemos considerar todos como problemas – como meios, ou efeitos, operados no contexto de uma “guerra” é um salto lógico que não podemos acompanhar. Mais uma vez, a indistinção entre guerra, política e problemas sociais prejudica o estabelecimento de limites claros para a ação militar. Ao acompanhar o pensamento de Lind – por exemplo, a

ideia de que existe uma “guerra cultural” em curso – nos vemos obrigados a abordar toda uma gama de fenômenos como concernentes à esfera da defesa. Seja a guerra a continuação da política por outros meios; ou a política a continuação da guerra por outros meios, o fato é que a diferença entre guerra e política, assim como aquela entre os seus meios, se mantém. Quais seriam as ações a serem tomadas, do ponto de vista segundo o qual as “divisões políticas” dentro de um país são vistas como um problema – e um problema de defesa do Estado?

No ano de 2020, Mariutti considera problemática a “combinação entre a dissolução das fronteiras entre a dimensão militar e civil e opacidade inerente aos sistemas preditivos de vigilância” (p. 135). Não nos demoraremos neste artigo por duas razões: (i) apesar de crítico, o ferramental teórico do autor nos pareceu obscuro. Não ficou claro para nós se, ao afirmar que “Washington [propagandeou] uma alegada *Revolução nos Assuntos Militares*” (p. 117), o autor esperava dizer que esta era falsa – e que, ao contrário do que defende a ideia de revolução nos assuntos militares, o desenvolvimento de novas tecnologias não é um fator decisivo na guerra (Fitzsimonds e Van Tol, 1994) – ou se, pelo contrário, que era verdadeira – o que justificaria o desenvolvimento do texto e, por exemplo, o seu recurso à ideia de “*quatro* regimes de conduta (tecno)científica da guerra”, de Antoine Bousquet. Além disso, (ii) crítico ou não, o ferramental empregado por Mariutti o levou à mesma conclusão que os adeptos da teoria da guerra de quarta geração: há uma “dissolução das fronteiras entre a dimensão militar e civil”. Essa suposta dissolução ou indistinção é o que criticamos nos artigos anteriores.

No mesmo ano, Nunes (2020) publicou um artigo de título *A Comunicação Estratégica do Exército e a Dimensão Informacional*, no qual afirma que

*As ameaças à imagem do exército, como quaisquer outras que visem obstar a conquista de seus objetivos estratégicos ou operacionais, podem ser de origem interna ou externa, proveniente de forças oponentes regulares ou irregulares, de organizações não governamentais ou agências diversas, de produtores de mídia ou de atores não estruturados [grifo nosso]. Os ataques que podem ser desferidos na dimensão informacional visam, em última análise, à desinformação, à contraposição de narrativas alternativas, com ou sem fundamento nos fatos, neste caso as chamadas *fake news*, com o propósito deliberado de atingir a imagem da instituição. São comuns os recursos ao emprego de *deep fakes*, de *hackers*, *bots* e *trolls*, de *cyborgs*, bem como à manipulação, à distorção, à descontextualização, à falsificação de perfis e de conteúdos.* (p. 10-11).

E mais adiante:

Na literatura que se tem produzido a respeito da chamada Guerra Híbrida, percebe-se a combinação dessas variáveis dimensionais, de modo integrado e sincronizado às tradicionais formas de combate, impactando o comportamento do público, muitas vezes com narrativas manipuladas no ciberespaço para a obtenção de legitimidade e da consequente liberdade de ação. *O Exército tem de estar preparado para esse tipo de conflito e nada mais adequado que adotar a proatividade que resulte no fortalecimento da imagem e na participação efetiva na elaboração de narrativas desejáveis, em tempos de paz ou de conflito armado* [grifo nosso]. (Ibid., p. 13)

Mais uma vez, nos deparamos com um problema de estabelecimento de limites no que diz respeito às possíveis ameaças à imagem do Exército. Na verdade, devemos nos perguntar sobre a *definição* de tais ameaças, na medida em que estão inclusos entre os seus possíveis vetores atores “internos”, “produtores de mídia” e afins. Em que medida isso não é consentâneo com as considerações de Pinho (2016), observadas acima? Nunes demonstra uma legítima preocupação com a *verdade*, alertando para os perigos de notícias falsas, distorções etc., mas o campo de ação definido por ele é o “narratológico”. O Exército agiria perenemente, “em tempos de paz ou de conflito”, no sentido da elaboração de narrativas “desejáveis”. Ora, já consideramos o problema desse tipo de afirmação, o que diz respeito à possibilidade e efetividade de controle dos militares: cabe à sociedade civil e aos atores políticos asserir, ou não, legitimidade às ações das instituições militares; se as instituições militares se ocupam constantemente com a legitimação – o que é diferente de legitimidade – de suas próprias ações, caso sejam eficientes, como se pode falar em controle dos militares? Essas instituições acabam por se tornar atores políticos com interesses próprios. A diferença, porém, é que nenhum outro ente político detém os meios para travar uma guerra. A presença de atores militares no âmbito político implica uma severa assimetria entre os atores.

Sumariamente: “ameaças” consistem em tudo aquilo que não corrobora a imagem desejada do Exército perante a sociedade – e cabe notar que entre os “ataques” estão inclusos aqueles com “fundamento nos fatos”; e a instituição deve preservar sua própria imagem por meio de ações no campo midiático através da elaboração e divulgação de “narrativas”. Ora, não nos parece inalcançável, pelo bem da verdade, que a comunicação

das instituições militares busque ser tanto mais objetiva quanto menos propagandística. E, talvez, a propaganda necessária para a manutenção das Forças e de suas atividades não deva ser incumbência delas mesmas, mas de outros órgãos, a fim de evitar os problemas supracitados. De todo modo, estamos apenas imaginando um cenário ideal e não possuímos os meios necessários para a elaboração de uma proposta desse tipo, mas não nos parece absurdo que algo nesses termos possa ser elaborado e implementado, a fim de preservar o escopo de ação das instituições militares e o debate público. Quanto às armas – físicas, psicológicas, cibernéticas – podemos esperar que elas não sejam utilizadas contra nós, e que o seu uso se restrinja às verdadeiras ameaças ao Estado. Assim, defendemos o ponto de vista segundo o qual a *formação* da sociedade civil, no que tange tanto os riscos quanto as ações apropriadas diante de ações maliciosas no “ambiente informacional”, difere essencialmente da sua *manipulação*¹⁰ pelas instituições militares.

Também no ano de 2020, Andrade e Andrade concluíram que

A guerra informacional ocorre a todo o momento e envolve uma infinidade de temas que, por vezes, permeiam questões de soberania nacional, seduzindo sociedades inteiras com narrativas corrosivas do ponto de vista da unidade de pensamento nacional. (...) é importante que o conceito de “ameaça” seja ampliado, abarcando ações e narrativas que busquem corromper a coesão da sociedade nacional, seja por meio de ações bélicas tradicionais, seja por operações de influência conduzidas por quaisquer atores. (p. 101, grifos nossos)

O conteúdo desse texto é mais peremptório que o de Nunes. Os autores não hesitam em afirmar que uma “guerra” ocorre a todo momento e em sugerir uma ampliação do conceito de “ameaça” – incluindo “quaisquer atores” que divulguem “narrativas” que possam ser consideradas danosas à unidade de pensamento nacional. Ora, a consideração que fizemos a respeito do texto de Pinho (2016) se aplica também aqui: a diversidade de pensamento político não pode ser considerada o índice de uma “guerra”. Na verdade, é um fenômeno esperado em qualquer sociedade democrática e, decididamente, não é algo a ser combatido – especialmente em prol de uma suposta “coesão da sociedade nacional”. É intrínseco à política que existam embates entre partes que possuem interesses diversos.

¹⁰ Como já consideramos acima, não estamos atribuindo valor moral à noção de manipulação. Trata-se apenas de reconhecer os limites e âmbitos próprios para as ações que podemos adjetivar como ‘manipulativas’.

É importante frisar que o sentido de ‘guerra’ empregado pelos autores não é metafórico, o que se reflete na proposta geral do texto: o uso de operações de informação no “gerenciamento de percepções para uma mentalidade de defesa”. Apesar de não termos encontrado esta passagem no texto citado pelo autor¹¹, Silva (2022, p. 7) apresenta uma definição de ‘mentalidade de defesa’:

um comportamento da nação, politicamente organizada e formada pelos integrantes da sociedade, capaz de influenciar o Estado Brasileiro nos assuntos referentes à defesa nacional e ao uso das Forças Armadas, de acordo com a importância atribuída ao tema defesa.

Quer dizer, segundo essa definição, o que os autores propõem é o uso daquelas operações para o gerenciamento de percepções no sentido de obter um comportamento e organização política da sociedade que influencie o Estado relativamente ao uso das Forças Armadas. Isso é absurdo. Subtraindo os mediadores, o que resta é o controle das Forças Armadas pelas Forças Armadas – na medida em que estas manipulam a opinião pública que, por sua vez, influencia o Estado. Os autores nos tranquilizam, no entanto, declarando que os fins justificam os meios:

É válido ressaltar, do ponto de vista ético do desenvolvimento de uma campanha de sensibilização nesse nível, que os objetivos psicológicos de tal atividade têm um caráter coesivo, que visa, em última análise, manter a soberania de nossa Pátria. (Andrade e Andrade, 2020, p. 102)

Em 2021 encontramos em um texto de Lopes (p. 226, grifos nossos) uma das considerações mais lúcidas acerca dos riscos envolvidos no uso das “capacidades relacionadas à informação” – inteligência, operações psicológicas e comunicação social, todas abarcadas pelas operações de informação: “a possibilidade de se obter, através dos meios de busca de Inteligência, *informações contaminadas* pela reverberação de campanhas desenvolvidas pela Comunicação Social ou pelas Operações Psicológicas”.

¹¹ *A Evolução da Mentalidade de Defesa no Brasil e Seus Reflexos Para as Forças Armadas*, de autoria de Coronel Carlos Lucio Waldino dos Santos e disponível em: < https://www.academia.edu/43782968/A_EVOLU%C3%87%C3%83O_DA_MENTALIDADE_DE_DEFESA_NO_BRASIL_E_SEUS_REFLEXOS_PARA_AS_FOR%C3%87AS_ARMADAS_AUTOR_CORONEL_CARLOS_L%C3%9ACIO_WALDINO_DOS_SANTOS > acesso em 08/02/2025.

Esse risco deve ser levado a sério: em que medida perdemos o contato com a realidade quando aderimos às nossas próprias “narrativas”? Acerca das operações de informação, Szafranski (1997, p. 9, trad. nossa) faz a seguinte advertência:

(...) porque uma campanha de operações de informações, no nível *estratégico*, procura subjugar a vontade hostil, afetando o conhecimento e crenças do adversário, ela não pode discriminar entre combatentes e não combatentes. Porque as armas das operações de informações atacam sistematicamente os sistemas de conhecimento e de crenças do adversário (o que nos faz diferentes de outras espécies), os possíveis resultados de operações de informações devem ser avaliados conscienciosamente antes de ataques de informação serem realizados. *Uma campanha de operação de informação bem-sucedida impõe uma falsa realidade ao alvo humano* [grifo nosso].

Ora, o risco, como Lopes constata, não diz respeito apenas a outras Forças ou sociedades. Erros de planejamento, de sinergia entre as capacidades mencionadas e também de *definições*, podem impor uma “falsa realidade” ao próprio Exército.

No texto de 2022, Santos e Siqueira (p. 29, grifos nossos) consideram a

relevância do *controle da narrativa e da opinião pública* nas operações São Francisco [no Complexo da Maré, em 2014], Copa do Mundo de Futebol 2014, Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (..) e Intervenção Federal [no Rio de Janeiro, em 2018].

Um dos entrevistados durante a realização da pesquisa dos autores – “oficiais possuidores do Curso Avançado de Operações Psicológicas e que estavam em situação de decisão no emprego das [operações psicológicas] de nível tático no ano de 2019” (Ibid. p. 28) – faz a seguinte consideração de caráter técnico acerca do emprego das operações psicológicas:

[a] narrativa deve ser construída muito tempo antes da operação, pois se a narrativa adversa começar em um período anterior e a nossa narrativa iniciar em paralelo ao emprego da tropa, a efetividade da primeira tende a ser maior. (Ibid., p. 29)

Com base no que os autores chegam à seguinte conclusão:

No que tange ao emprego da [fração tática de operações psicológicas], observa-se que a efetividade baseada na continuidade dos trabalhos deve ser construída ao longo do tempo a fim de tornar a opinião pública favorável às ações do [Comando Militar do Leste]. Assim, *uma [campanha de operações psicológicas] perene e cíclica evitaria perdas de solução de continuidade na dimensão informacional*. (Ibid., p. 30, grifo nosso)

Não é o objetivo deste trabalho considerar a legitimidade do uso das operações psicológicas nas operações mencionadas – tampouco das próprias operações – mas é importante evidenciar que o risco considerado pelos autores é a perda do controle da “narrativa” e da “opinião pública” e que, a partir da consideração de que as operações psicológicas precisam preceder a ação militar na “dimensão física” para que sejam efetivas, Santos e Siqueira concluem que a melhor solução seria uma operação psicológica perene. Para que sejamos claros: o que os autores sugerem é o uso *permanente* de um “conjunto de ações de qualquer natureza, destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões de um grupo social, com a finalidade de obter comportamentos predeterminados” (Brasil, 1999, p. 1-4) pelo Exército. Se a opinião pública, através da mobilização política, tem o poder de decidir pela legitimidade das ações militares, e se os militares têm o *controle* da opinião pública, são os militares que decidem pela legitimidade das ações militares, o que é absurdo. É impossível pensar nesses termos sem chegar à conclusão de que o Exército Brasileiro é um ator político quando realiza tais ações.

Também no ano de 2022, Mariotti (p. 34) afirma que

Termos como “desinformação”, “fake News”, “pós verdade” e outros vêm sendo abordados de forma genérica em foros estratégicos e militares no Brasil. As ações pontuais de manipulação da verdade e propagação de mentira vêm sendo tratadas de forma especulativa e não sendo corretamente detectadas e trabalhadas induzem a erros com grande potencial de prejuízo para a Segurança e Defesa nacionais.

De fato, apesar de o conteúdo do artigo ser um tanto questionável – é o que se pode concluir de um texto que afirma que “são da cultura intrínseca do russo a ‘arte da mentira’

e a ‘ciência do segredo’” (Ibid., p. 40) – esse alerta nos parece simplesmente correto: é preciso de rigor e seriedade para tratar dessas questões. Mas questionamos a seguinte afirmação feita mais adiante

é difícil para os cidadãos de uma sociedade democrática, com valores centrados nas garantias individuais e na liberdade, principalmente a de imprensa, reconhecerem a ameaça que as operações de Desinformação representam. Da mesma forma, a dificuldade de diferenciação de dados maliciosamente inseridos, de meros boatos irresponsáveis, também se torna difícil por parte dos altos funcionários do Estado. (Ibid., p. 40)

Ora, não deveríamos supor justo o contrário? Quer dizer, as sociedades democráticas são aquelas nas quais podemos esperar a circulação de uma maior diversidade de opiniões e, logo, é razoável que as pessoas se sintam impelidas a avaliar aquilo que lhes é apresentado segundo seus próprios valores e interesses. A liberdade de imprensa, por um lado, pode ser considerada uma vulnerabilidade: ela permite que diferentes atores participem no âmbito midiático divulgando suas ideias e buscando manipular aqueles aos quais elas chegam. Por outro, ela é justamente aquilo que nos impele a avaliar a visão de mundo que nos é apresentada, já que somos apresentados a várias. Tanto é o caso que Mariotti se refere a governos *não* democráticos para exemplificar os efeitos nefastos da desinformação para as sociedades.

Finalmente, o autor sugere a seguinte “inquietação”:

Há sinais de que mais além de ferramentas de desinformação, como fake News, dossiês fabricados, pós-verdade e outros, haja operações estruturadas em andamento, visando a obstruir, de forma deliberada e sistematicamente planejada o Estado Brasileiro? (Ibid., p. 48)

Ao que tudo indica, a resposta para essa inquietação era afirmativa.

Finalmente, Silva e Maciel (2022, p. 58, grifo nosso) consideram a possível perda de controle no uso das redes sociais nas operações psicológicas:

Verificou-se (...) que, devido à sua alta velocidade de transmissão e alcance, a disseminação de produtos por meio das redes sociais deve ser

acompanhada de uma meticulosa análise de risco, pois *a partir do momento em que o produto é disseminado, ele foge ao controle de seu criador.*

Esse alerta vai no mesmo sentido daquele feito por Szafranski (1997, p. 9): não é possível definir com precisão os “alvos” das operações de informação – das quais as operações psicológicas são um subconjunto. Enquanto Lopes (2021) considera o risco das operações psicológicas se voltarem contra os próprios operadores, Silva e Maciel consideram o risco delas se estenderem para além dos limites planejados – produzindo um “*mission creep*”. É importante destacar que os autores não afirmam que a transmissão dos produtos das operações psicológicas por meio das redes *podem* fugir ao controle, eles afirmam que eles *fogem ao controle*.

No ano de 2023, Nichols e Corrêa (p. 114-115) afirmam que o avanço tecnológico e a maior circulação de informações tornou mais frequente o uso de operações psicológicas. No entanto consideram que estas são “apenas um meio para se obter uma vantagem estratégica” e que a possibilidade de vencer uma guerra sem combater é questionável – provavelmente se referindo à ideia condensada no seguinte aforisma de Sun Tzu (2011, p. 41), comumente empregado no contexto das produções em torno das operações de informação e operações psicológicas: “[a] habilidade suprema não consiste em ganhar cem batalhas, mas sim em vencer o inimigo sem combater”.

Finalmente, no ano de 2024, Ribeiro e outros (p. 144) afirmam que o alvo das operações de informação é a opinião pública, já que esta afeta as decisões tomadas por líderes civis e militares. Evidentemente, os autores se referem a ameaças externas – à manipulação de uma sociedade por outra sociedade – no entanto, não podemos ignorar que o mesmo vale para as operações de informação realizadas internamente – tanto do ponto de vista da sua produção quanto dos alvos.

Em suma, os principais riscos elencados nesses artigos foram: (i) o uso de operações de informação e operações psicológicas por atores estatais e não estatais – como “a mídia”; (ii) uma “guerra” permanente, travada na “dimensão informacional”; (iii) óbices à imagem do Exército; (iv) a perda do controle da opinião pública pelo Exército; (v) efeitos não planejados pelos operadores na própria instituição militar e na sociedade civil – neste caso, um risco que diz respeito ao uso das operações de informação e operações

psicológicas pelo próprio Exército; e (vi) a dificuldade da sociedade em lidar com possíveis ameaças informacionais e psicológicas.

Abordaremos agora dois textos que elencam o que podemos chamar de “meta-riscos”. Ou seja, em que o que está em questão não são os riscos listados pelos textos anteriores, mas os riscos que a aderência ao ferramental teórico empregado pelos seus autores implicam. No ano de 2013, em um artigo crítico à teoria da guerra de quarta geração, Serrano (p. 65) afirma que esta “ganhou prestígio entre oficiais do Exército Brasileiro e vem, já há algum tempo, moldando mentes e formando algumas convicções, o que não é conveniente, em razão de suas evidentes falhas”. As falhas apontadas pelo autor, além de conceituais, dizem respeito à sistematização pretensamente histórica proposta por essa teoria e que consiste em uma visão caricata dos conflitos do passado. Serrano (p. 72) também aponta para a problemática indistinção entre paz e guerra proposta pela teoria. Já Barboza e Araújo, no ano de 2023 (p. 150) alertam para os efeitos nocivos do emprego da teoria da guerra de quarta geração

à segurança pública, na medida em que [borra] as fronteiras entre esta e as tarefas da defesa nacional, na medida em que defende a atuação dos militares das forças armadas em tarefas tipicamente policiais, o que, por consequência, transforma as cidades em um território de conflito armado e militarizado.

E, mais adiante, que “a militarização da segurança pública implica em uma verdadeira *desmilitarização dos militares das Forças Armadas, com prejuízo à defesa nacional*” (Ibid., p. 153, grifo nosso). E concluem:

No campo da defesa nacional, vê-se uma ênfase no treinamento dos militares das forças armadas, especialmente do Exército, para a atuação em guerras irregulares, esquecendo-se da importância da preparação para os combates tradicionais, típicos das guerras clássicas, como fazem as grandes potências mundiais. Assim, perde-se poder dissuasório militar em nome da atuação, praticamente de polícia, nas supostas novas guerras, dentre as quais a chamada “guerra às drogas” é a principal. (Ibid., p. 154)

Enfim, àqueles que aplicam indistintamente o termo “guerra”, ignorando quaisquer limites entre guerra e política, segurança e defesa, civis e militares, notícias e ameaças, sobretudo àqueles que insistem no emprego de teorias como a da guerra de quarta geração, dirigimos a seguinte pergunta: por que motivo essas teorias não são consideradas possíveis artefatos elaborados para “influenciar, interromper, corromper ou para usurpar” (Brasil, 2019, p. 3-1) nossos processos de tomada de decisão? Esperamos que nossos leitores possam considerar isso com seriedade.

2.2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO, OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS E AFINS

Assim como no subcapítulo anterior, realizaremos uma exposição cronológica das considerações acerca da formação e da capacitação do Exército Brasileiro em operações de informação e em operações psicológicas. Esta análise diz respeito às impressões que constam nos artigos – ou seja, ela não corresponde a uma evolução histórica dos postos, unidades, batalhões etc. Uma exposição desse tipo pode ser encontrada em Silveira (2021).

No ano de 2008, Pinheiro (p. 10) afirma que “a tecnologia da Guerra Cibernética e da Segurança da Informação não se compra, nem se importa, desenvolve-se”. E, mais adiante, que o processo de desenvolvimento dessas tecnologias deve ser liderado pelas Forças Armadas.

Também em 2008, acerca da relação das Forças Armadas com a mídia e outras instituições, Silva (p. 263) declara que estas

devem estar preparadas para travar a guerra em todos os campos, inclusive on-line, e precisam contar com um aliado importante: a mídia. (...) Neste contexto, são raros os militares capacitados a lidar com jornalistas e existem poucos jornalistas especializados em assuntos militares ou de segurança nacional.

E, mais adiante que

infelizmente, as Forças Armadas brasileiras ainda não têm uma relação muito amistosa com a imprensa, o que dificulta qualquer ação defensiva. (...) é importante intensificar essa troca de experiências com as demais instituições civis, além das universidades, nas áreas de interesses de defesa.

No ano de 2013, Silva Júnior (p. 2) faz um alerta sobre o descompasso entre “a doutrina preconizada pelo Ministério da Defesa” e as capacidades do Exército de integrar órgãos e estruturas operacionais. Além disso, acerca da execução das operações de informação, o autor chama atenção para a doutrina incipiente e não consolidada, falta de estrutura de tecnologias da informação e de “integração sistêmica dos conhecimentos necessários às operações de informações” (Ibid., p. 8).

Pinho (p. 80), no ano de 2016, afirma que

a partir do final de 2013, foi realizado esforço na produção de manuais que incluíssem a complexidade do ambiente operacional moderno. O objetivo era claro: proporcionar ferramentas para que o Exército atuasse contra ameaças de diferentes matizes em um ambiente operacional de amplo espectro.

E, mais adiante, que essa

atualização doutrinária, realizada ao longo dos anos de 2014 e 2015, será consolidada nos próximos anos, aproveitando o processo de transformação do exército que está em curso, cujo objetivo é transformar a Força Terrestre em um instrumento de combate da era da informação. (Ibid. p. 80)

No ano seguinte, Albuquerque (2017, p. 67), de modo semelhante a Pinheiro (2008) afirma que conhecimentos de operações psicológicas adquiridos a partir da relação com exércitos estrangeiros não são confiáveis. Além disso, o autor alerta para a necessidade do desenvolvimento da doutrina e da centralização das atividades de ensino. Enfim, Albuquerque (Ibid., p. 70) conclui que “o [Exército Brasileiro], após ter olvidado o assunto por décadas, tem procurado, nos últimos anos, estabelecer as bases doutrinárias relacionadas às [operações psicológicas]”.

No ano de 2020, Dantas e Ávila (p. 42) afirmam que é “necessário (...) adequar as instituições militares à Era da Informação, para que se tornem eficazes contra novos desafios e ameaças”. Com a expressão ‘Era da Informação’ os autores se referem ao livro de Visacro (2018), que emprega como ferramenta conceitual a teoria da guerra de quarta geração (Ibid., p. 107). Mais adiante, os autores acrescentam que para “adequar-se a essa realidade, o *Exército Brasileiro implementou formalmente as [operações de informação] em 2014*, inserindo inicialmente os conceitos dentro de sua base doutrinária” (Dantas e Ávila, 2020, p. 42, grifo nosso).

Em 2022, a partir da consideração de que não há um manual específico para o uso das operações psicológicas por meio das redes sociais, Silva e Maciel (p. 58) recomendam que “seja desenvolvido um manual tático voltado para operações em mídia, com um capítulo destinado a operações em redes sociais”. Além disso, sugerem que o emprego das redes sociais “componha o plano de disciplinas do curso básico de operações psicológicas” (Ibid. 58) do Exército.

Finalmente, no ano de 2024, Ribeiro e outros afirmam que o plano de disciplinas da Academia Militar das Agulhas Negras não possui carga-horária suficiente acerca das operações de informação e apontam a necessidade do ensino sobre o tema ser “sistematizado e difundido a todos os futuros comandantes, nos diversos níveis de subordinação” (Ibid., p. 127).

Em suma, as principais considerações elencadas foram: (i) a necessidade de que as tecnologias e técnicas de informação sejam desenvolvidas nacionalmente – logo, podemos supor que a sua importação ainda é uma realidade; (ii) da elaboração e consolidação de uma doutrina de operações de informação e de operações psicológicas que seja consentânea com os riscos atuais – vide o subcapítulo anterior; (iii) de trocas com outros setores da sociedade, como a mídia e as universidades; e (iv) de investimento na capacitação de pessoal.

2.3. CONHECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL ACERCA DAS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO, OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS E AFINS

Neste item listamos as considerações presentes nos artigos estudados acerca dos conhecimentos da sociedade civil sobre os riscos elencados no penúltimo item, das suas possibilidades de lidar com tais ameaças e o seu reconhecimento, ou não, da necessidade

de investimento – material e imaterial – em defesa. Aqui, também optamos por uma exposição cronológica.

No ano de 2008, Pinheiro (p. 10) alerta para a excessiva presença de empresas estrangeiras nos setores de comunicação, assim como para a dependência externa em diferentes áreas de pesquisa. Diante disso, o autor conclui que é necessário o “incentivo à formação acadêmica de recursos humanos especializados”. No mesmo ano, Silva (p. 264) afirma que dada a pouca sensibilidade dos brasileiros “sobre a necessidade de defesa nacional, os governantes não dão importância ao tema e ficam à vontade para estabelecer suas próprias prioridades”.

No ano de 2020, Andrade e Andrade (p. 90) afirmam o seguinte.

Percebendo a necessidade de formar uma massa crítica na sociedade nos assuntos atinentes à defesa e soberania nacional, a [Política Nacional de Defesa] estabeleceu que o desenvolvimento da mentalidade de defesa é um dos objetivos nacionais a serem perseguidos (...)

E, mais adiante que foi

somente a partir do ano de 2008 que o Estado brasileiro, por meio do Ministério da Defesa, começou um programa de estreitamento de laços das Forças com a sociedade, buscando, em última análise, um desenvolvimento de mentalidade de defesa. Para tanto, desde então, utiliza o universo acadêmico brasileiro como [público alvo] prioritário, responsável por difundir, por meio de pesquisas e trabalhos acadêmicos, as principais ideias força relativas à importância deste tema. (Ibid., p. 97)

Os autores definem ‘mentalidade de defesa’ como “o conjunto de crenças, atitudes, manifestações intelectuais e psíquicas relacionadas às atividades de garantia da independência, soberania e integridade territorial do Estado” (Ibid., p. 92). Cabe ainda observar de que modo a necessidade da formação de uma mentalidade de defesa consta na Política Nacional de Defesa (Brasil, 2024b, p. 34):

O Brasil deve estar em condições de ampliar rapidamente seus recursos humanos e meios materiais disponíveis em prol da Defesa Nacional. Nesse sentido, os investimentos em capacitação são pressupostos essenciais para a obtenção de recursos humanos qualificados. Já o Serviço Militar Obrigatório é a garantia de participação dos cidadãos como instrumento da mobilização para afirmar a unidade nacional e contribuir para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira.

No ano seguinte, Ribeiro e Ribeiro (2021, p. 147) afirmam que a

área da psicologia científica, em diálogo interdisciplinar com as demais áreas, principalmente com a área da educação, deverá desenvolver as propostas para estabelecer “barreiras psíquicas” contra esses potenciais ataques. (...) Estudos futuros na área da psicologia / psicologia social, associados a outras áreas, fazem-se então necessários, para a ampliação do debate sobre o tema, tendo em vista a importância do fenômeno guerra de informação na atualidade.

Finalmente, no ano de 2024, Ribeiro e outros (p. 147) escrevem que

dada a quase impossibilidade de pleno controle da informação transmitida e recebida pelo ciberespaço, principalmente nos países democráticos que valorizam a liberdade, necessita-se realizar a preparação dos indivíduos da sociedade para um adequado processamento psíquico das informações recebidas, prevenindo-os da manipulação.

Em suma, as principais considerações elencadas foram: (i) a necessidade de, novamente, reduzir a dependência externa nas áreas relacionadas à informação e à comunicação; (ii) da capacitação da sociedade nessas áreas – sobretudo no tange a formação de uma mentalidade de defesa; e (iii) da troca das Forças Armadas com outras instituições, em especial com o meio acadêmico.

2.4. ELEMENTOS TEÓRICOS RELEVANTES PARA A ANÁLISE DOS MANUAIS DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO E OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Finalmente, antes de abordarmos os manuais de operações de informação e de operações psicológicas do Exército Brasileiro, consideramos prudente listar algumas considerações teóricas observadas nos textos estudados que possam sanar possíveis dúvidas relativas à leitura dos próprios manuais. Optamos por construir este subcapítulo na forma de um pequeno glossário, listando os tópicos de acordo com a sua relevância. Os próprios manuais são construídos de forma bastante esquemática e apresentam definições para quase todos os conceitos com os quais operam, mas outras noções – como a de

“conflito irregular”, por exemplo – acabam ficando de fora, por participarem não dos temas específicos abordados por eles, mas do seu contexto.

2.4.1. Operações Psicológicas

Apresentamos no início deste trabalho a definição de ‘operações psicológicas’ que consta no *Manual de Campanha C 45-4 - Operações Psicológicas* (Brasil, 1999, p. 1-4), a saber, “o conjunto de ações de qualquer natureza, destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões de um grupo social, com a finalidade de obter comportamentos predeterminados”. Aqui, listamos as contribuições dos artigos para uma definição mais precisa. Silva (2008, p. 259) define ‘operações psicológicas’ da seguinte maneira:

em um amplo aspecto, [consistem] na aplicação da parte da ciência chamada Psicologia na condução da guerra; em um sentido mais estreito, compreende o uso da propaganda contra o inimigo, conjuntamente com as medidas militares necessárias.

Albuquerque (2017, p. 67) afirma que as operações psicológicas foram introduzidas no Exército Brasileiro no ano de 2003, “com a criação da Brigada de Operações Especiais” e, mais adiante, que nelas “ocorre a prevalência das ações não convencionais (cinzas ou negras) sobre as convencionais (brancas)”. Ou seja, as operações psicológicas surgem no Exército como um subconjunto das chamadas operações especiais:

operações conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas, em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, visando a atingir objetivos militares, políticos, psicossociais e/ou econômicos, empregando capacitações militares específicas não encontradas nas forças convencionais. (BRASIL, 2017, P. 1-2)

Neste mesmo manual consta a seguinte definição de ‘operações psicológicas’:

procedimentos técnico-especializados, aplicados de forma sistematizada, de modo a influenciar públicos-alvo a manifestarem comportamentos desejáveis, com o intuito final de apoiar a conquista de objetivos estabelecidos. Podem ser realizados no contexto das [operações de

informação], como uma capacidade relacionada à informação, ou de forma independente. (Ibid., p. 4-17)

Quanto à convencionalidade das operações psicológicas, tanto naquele manual quanto no *Glossário das Forças Armadas* (Brasil, 2015c, p. 226), as propagandas “brancas”, “cinzas” e “negras” são definidas como aquelas cuja origem é identificável, cuja origem é omitida, e cuja a fonte não é verdadeira, respectivamente. No entanto, como Albuquerque não se refere especificamente à propaganda, é possível que ‘brancas’, ‘cinzas’ e ‘negras’ se refiram à *legalidade* de tais operações. Como afirma Carlos Fico, em entrevista para o jornal *O Assunto*¹², as operações especiais são “aquelas que praticam a guerra irregular” e participam de “iniciativas que poderiam ser consideradas ilegais, se descobertas”.

2.4.2. Conflitos Irregulares

Um termo comum no contexto do estudo das operações de informação e das operações psicológicas é ‘conflitos irregulares’ – ou ‘forças irregulares’, ou ‘guerras irregulares’. Segundo o manual supracitado, (Brasil, 2017, p. 2-1), os conflitos irregulares são o ambiente operacional privilegiado das operações especiais. Este manual lista as características principais dos conflitos irregulares, das quais destacamos as seguintes, por se mostrarem mais informativas para o leitor:

sensibilidades geopolíticas/ presença da mídia instantânea no espaço de batalha/ valorização das questões humanitárias e do meio ambiente/ baixa aceitação junto à opinião pública (nacional e internacional) do emprego da força/ ênfase na defesa de minorias/ presença de Organizações Não Governamentais nos conflitos/ utilização da informação como arma, afetando diretamente o poder de combate dos beligerantes/ consciência de que forças militares não solucionam as causas da guerra/ *relevância do papel da população no destino dos conflitos/ prevalência dos combates urbanos com a presença de civis, contra civis e em defesa dos civis/ dificuldade de caracterizar o oponente no seio da população/ situações em rápida evolução* (Ibid., p. 2-1, grifos nossos)

Silva (2015, p. 43) afirma que a guerra irregular é “a forma clássica de uma guerra assimétrica”. Esta, por sua vez, consiste em formas de enfrentamento “não convencional,

¹²< https://www.youtube.com/watch?v=eJRsc3X-BO8&ab_channel=g1 >, acesso em 08/02/2025.

visando confrontar um poder militar, técnico e econômico superior” (Ibid., p. 42). Costa (Ibid., p. 769) afirma que o objetivo da guerra assimétrica é “exaurir o inimigo, desgastá-lo internamente, de modo que com o correr do tempo, ele estará enfraquecido física e psicologicamente, a ponto de mostrar-se incapaz de uma volição política”. Cabe destacar que uma forma comum de guerra irregular e/ou assimétrica consiste no embate entre forças estatais e não estatais. No *Glossário das Forças Armadas* (Brasil, 2015c, p. 136) a definição que consta de ‘guerra irregular’ é a seguinte:

Conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais convencionais, contra um governo estabelecido (movimento revolucionário) ou um poder de ocupação (movimento de resistência). Engloba a guerra de guerrilhas, a subversão, a sabotagem e o apoio à fuga e evasão.

O sentido de ‘força irregular’, por sua vez, é o de organizações não institucionalizadas, revolucionárias, de resistência etc.

2.4.3. Revolução em Assuntos Militares

Por vezes, também nos deparamos com a expressão ‘revolução nos assuntos militares’. Fitzsimmons e Van Tol (1994, p. 25) afirmam que a junção de desenvolvimentos tecnológicos, inovação doutrinária ou operacional e adaptação organizacional seriam as três precondições para o que consideram uma “revolução em assuntos militares”. Esta consistiria em uma mudança significativa na natureza da guerra. Um exemplo comum para ilustrar uma revolução em assuntos militares é o desenvolvimento da *blitzkrieg* (“guerra relâmpago”) pelos militares alemães, tática empregada com sucesso durante a Segunda Guerra Mundial e que combinava o uso de tanques motorizados e ataques aéreos para propiciar um avanço rápido no terreno. Os autores também sugerem que a Guerra do Golfo poderia ser o indício de uma nova revolução em assuntos militares, e apostam que o processamento de informação poderia se tornar um elemento central para o desfecho dos combates: “estabelecer superioridade informacional sobre o adversário se tornará o foco principal da arte operacional” (Ibid. p. 27).

Neiva filho (2009, p. 86) explica o sentido de ‘revolução em assuntos militares’:

Historiadores militares usam [esta] expressão para refletir a rápida mudança que a introdução de algumas tecnologias-chave causaram na organização e nas táticas militares (...) Embora seja um conceito controverso, há que se notar que diferenças substanciais na guerra foram trazidas, por exemplo, pela introdução da pólvora, dos sistemas de fortificações, do navio a vapor, da metralhadora, do avião e da bomba atômica, apenas para citar algumas das possíveis revoluções. Essas revoluções foram capazes de trazer para as sociedades que as desencadearam vantagens significativas no campo militar do poder nacional, assegurando-lhes uma dominância em suas áreas de influência, pelo menos até que novas revoluções fossem desencadeadas e aproveitadas pelos oponentes.

Uma visão alternativa sobre o tema é apresentada por Saint-Pierre e Gonçalves (2018, p. 30) que defendem que “a tecnologia, por si, não é suficiente para mobilizar qualquer transformação”. Ao contrário, os autores afirmam que fatores como o contingente, treinamento e uso inteligente de recursos são, historicamente, mais determinantes para o desfecho de uma batalha do que o emprego de aparatos tecnológicos.

2.4.4. Ciclo de Tomada de Decisão (*OODA Loop*)

Finalmente, uma noção muito recorrente nos manuais e textos que abordam as operações de informação e as operações psicológicas é a de ‘ciclo de tomada de decisão’. Essa expressão se refere a um

modelo adotado com o intuito de possibilitar a compreensão do funcionamento da atividade de [comando e controle, e] serve como ferramenta de auxílio para a concepção e a avaliação dos processos de tomada de decisão e a busca da paralisia psicológica do oponente, a qual é comumente conhecida como paralisia estratégica. (Brasil, 2015a, p. 22)

O modelo em questão é atribuído a Boyd, que o formulou com o nome de “*OODA Loop*” – em que ‘*OODA*’ quer dizer “observação-orientação-decisão-ação” e ‘*Loop*’ indica que se trata de um processo recursivo. No documento do ministério da defesa também consta a ideia de que, além da eficácia de cada “fase” do ciclo, a velocidade desse processo é determinante para o resultado de um combate. No *Manual de Campanha EB20-MC-10.205 - Comando e Controle* (Brasil, 2015b, p. 1-2) consta a seguinte definição de ‘ciclo de comando e controle’:

Sequência na qual as ações em um combate são desenvolvidas, de forma cíclica: observação-orientação-decisão-ação (OODA). Na primeira etapa, é percebida uma mudança no curso dos acontecimentos; na segunda, é produzida uma imagem mental da nova situação; na terceira etapa, chega-se à decisão da conduta a ser desenvolvida; e, na última, são implementadas as ações decorrentes da decisão tomada, voltando-se à da observação para um novo ciclo. Deve-se buscar realizar o ciclo completo mais rapidamente que o oponente.

Retomamos a ideia de “*OODA Loop*” com mais detalhes no primeiro item do terceiro capítulo, no qual abordamos o pensamento de Boyd.

3. MANUAIS DE CAMPANHA DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO E DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Neste capítulo, analisamos os manuais de campanha do Exército Brasileiro *EB70-MC-10.213 - Operações de Informação* (Brasil, 2019) e *C 45-4 - Operações Psicológicas* (Brasil, 1999). O que buscamos evidenciar a partir da leitura dos manuais foi o seguinte: (i) os riscos apontados neles que justificam a sua existência; (ii) os limites da ação dos procedimentos prescritos por eles – sobretudo no que diz respeito aos seus possíveis efeitos em alvos humanos e, em especial, aliados; e (iii) alguns desses procedimentos. Optamos pela exposição dos procedimentos mais gerais, deixando de lado aqueles de caráter mais “material” – por exemplo, como distribuir panfletos com o uso de aeronaves. Assim como no capítulo anterior, excluimos desta análise as descrições que dizem respeito às estruturas físicas e aos elementos técnicos das redes de informação. Ou seja, nos ocupamos das partes desses manuais que se ocupam da *psique* e da comunicação humana.

A escolha dos manuais se deu pela seguinte razão: o manual de operações de informação abrange as chamadas “capacidades relacionadas à informação”, que são inteligência, comunicação social, *operações psicológicas*, guerra eletrônica, guerra cibernética e assuntos civis (Brasil, 2019). E, como o manual de operações psicológicas é consideravelmente mais antigo (1999) que os demais documentos estudados – e, a partir de 2013 o Exército Brasileiro se ocupou com a produção de manuais e de uma atualização na sua doutrina (Pinho, 2016, p. 80) – nos pareceu necessário buscar as bases a partir das quais esse manual seria lido nos dias hoje. É possível que exista um manual de operações psicológicas mais atual, mas não obtivemos acesso a essa informação. Para sermos exatos: não consta uma nova versão na biblioteca do exército; também perguntamos a um oficial superior do Exército e não obtivemos resposta. Silveira (2021), em *Operações Psicológicas: a evolução das operações psicológicas no Exército Brasileiro*, cita o manual a que tivemos acesso.

3.1. MANUAL DE CAMPANHA DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

A descrição do “ambiente operacional” pelo manual de operações de informação (Brasil, 2019, p. 2-1) abrange as seguintes características: proeminência de grupos transnacionais ou insurgentes; relevância da opinião pública para a legitimação das

operações militares; crescimento das redes de informação; presença da mídia; e a informação tanto como possível ameaça, quando utilizada por adversários, quanto como elemento imprescindível para a ação militar. A definição apresentada para ‘informação’ no manual é esta: “representação inteligível de objetos, estados e acontecimentos nos domínios real, virtual e subjetivo. Integra processos para a construção do conhecimento, o que promove a compreensão precisa e atualizada do ambiente operacional”. (Ibid., não paginado).

Esse e outros manuais adotam a perspectiva de que o ambiente operacional é constituído de 3 dimensões: física, informacional e humana. O manual de operações de informação dá ênfase à dimensão informacional: “o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas no qual tomadores de decisão são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre informação” (Ibid. p. 2-3). A dimensão informacional é dividida em 3 “perspectivas”: física, lógica e cognitiva. Este trabalho se ocupa das considerações presentes no manual que dizem respeito à perspectiva cognitiva. Nos parágrafos 2.2.6.5.1 e 2.2.6.5.2 (Ibid., p. 2-4) consta o seguinte: “[a] perspectiva cognitiva abrange as mentes daqueles que têm a responsabilidade de obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação”, o que se refere a indivíduos ou grupos; e que a definição dos fatores que influenciam o processo de tomada de decisão desses indivíduos ou grupos “é fundamental para a compreensão de como melhor influenciar a mente do tomador de decisão e criar os efeitos desejados”.

Quanto às ameaças, o manual dá ênfase ao “terrorismo internacional e transnacional, ao narcotráfico, à degradação ambiental e à migração massiva” (Ibid., p. 2-6), o que está de acordo com as perspectivas que encontramos nos artigos analisados no capítulo anterior. Além disso, o controle da “narrativa” comparece mais uma vez como elemento fundamental, dado que a sua perda pode levar a restrições no emprego do poder militar e “até mesmo impor a derrota” (Ibid., p. 2-6). Ou seja, a opinião pública é considerada um “centro de gravidade” de quaisquer ações militares – donde as várias propostas de tentativa de controle perene das “narrativas”.

A seguir, o manual define ‘operações de informação’ como o emprego das capacidades relacionadas à informação para “influenciar, interromper, corromper ou para usurpar o processo de tomada de decisões de adversários e potenciais adversários, enquanto protege os nossos próprios” (Ibid. p. 3-2). No capítulo anterior, criticamos a caracterização desses adversários e potenciais adversários, que, ora aparecem de forma tão indefinida quanto em uma expressão como “a mídia”, ora simplesmente como aqueles que

ameaçam a imagem desejada do Exército Brasileiro – o que não permite sequer uma distinção entre ações hostis ao Estado e a normalidade do debate público. Mais adiante, consta que são os “efeitos cognitivos – como testemunhados por alterações de comportamentos – que mais importam para alcançar resultados decisivos na dimensão informacional” (Ibid., p. 3-2).

Dentre as características das operações de informação (Ibid., p. 3-5) destacamos a “prioridade para as dimensões informacional e humana” e a sua ampla abrangência:

além de buscar a formação da opinião dos diversos [públicos alvos], busca afetar (...) o ciclo de tomada de decisão do oponente, atingindo os meios (pessoal e material) que o apoiam, e neutralizar os efeitos das ações adversárias na dimensão informacional

No parágrafo 4.2.6.3, acerca das operações psicológicas, consta que estas

enfocam a perspectiva cognitiva (...) influenciando as emoções, o raciocínio, as motivações, os objetivos e o comportamento de [públicos alvos] (indivíduos, grupos ou organizações) que não se limitam apenas a oponentes reais e potenciais adversários, mas *incluem populações neutras e aliadas*. (Ibid., p. 4-3, grifos nossos)

Ora, também já discorreremos acerca da problemática em torno do uso das operações psicológicas no que tange populações “neutras e aliadas”: dada a definição das operações psicológicas, o êxito de uma ação desse tipo relativamente à população civil deste país – em qualquer escala – implica no controle da opinião pública e, conseqüente, de atores políticos, pelo Exército. Dado que, justamente, cabe à sociedade civil asserir, ou não, legitimidade às ações militares, este controle se perde a favor de um “autocontrole” militar. Se, abstratamente, isso pode não parecer um problema – ou algo distante da realidade – basta considerar a participação de um especialista em operações psicológicas na tentativa de golpe de estado investigada pela Polícia Federal e cujo relatório é citado na introdução deste trabalho.

Em suma, as operações de informação atualizam o contexto do emprego das operações psicológicas – que, na versão do manual a que tivemos acesso, se mostrariam defasadas relativamente à descrição do ambiente operacional contemporâneo. O conteúdo

do manual de operações de informação condiz com o conteúdo dos artigos analisados no capítulo anterior e que, junto às referências listadas no próprio manual – que, para além de documentos do Ministério da Defesa, consistem em dois manuais da OTAN e dois das Forças Armadas dos Estados Unidos – marcam a influência do pensamento militar estadunidense na doutrina do Exército Brasileiro.

3.2. MANUAL DE CAMPO DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Entre os primeiros itens do manual de operações psicológicas, consta que estas “constituem uma parte essencial do poder” (Brasil, 1999, p. 1-1) e foram utilizadas por líderes políticos e militares ao longo da história. Esse anacronismo é uma tônica do manual e reflete a indistinção apontada na análise dos artigos entre guerra e política. Mais adiante (Ibid., p. 1-2), consta que dado o desenvolvimento da psicologia científica e dos meios de comunicação, “as fronteiras físicas (...) cederam lugar à fronteira psicológica”, contexto no qual a opinião pública assume centralidade para as ações militares. Já o item 1-2.m. (Ibid., p. 1-2) esclarece que “a propaganda é a grande ferramenta das [operações psicológicas]” e visa influir em convicções profundas de seus alvos.

O item 1-2.q. afirma que as operações psicológicas já foram chamadas de nomes como “Guerra Política, Propaganda, Guerra Psicológica, Guerra de Nervos, Guerra Diplomática, Guerra Fria, *Desinformação*, entre outros” (Ibid., p. 1-4, grifo nosso). Ora, é digno de nota que ‘guerra’ conste em quase todos esses nomes, o que torna mais alarmante a indistinção estabelecida pelo manual entre o tipo de conflito que demanda a mobilização das Forças Armadas – ameaças preponderantemente externas ao território, à soberania e aos interesses nacionais (Brasil, 2024b) – e a ação de atores políticos, sobretudo internos, que, obviamente, buscam influenciar um determinado público e obter um comportamento desejado. O próprio processo eleitoral se adequa sem dificuldades a uma descrição desse tipo.

A definição de ‘operações psicológicas’ que consta no manual é o

conjunto de ações de qualquer natureza, destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões de um grupo social, com a finalidade de obter comportamentos predeterminados. (Ibid., p. 1-5)

E quanto à especialização de operadores, consta que o estudo das operações psicológicas é multidisciplinar e inclui principalmente as áreas da psicologia, sociologia, linguística, comunicação social, história, antropologia e ciências políticas.

Optamos por apresentar as técnicas utilizadas nas propagandas de operações psicológicas através do Quadro 1, que, na coluna esquerda, apresenta o nome da técnica – como consta no manual – e, na direita, a sua descrição.

Provavelmente o leitor reconhecerá algumas dessas técnicas, dada a visibilidade que as notícias falsas adquiriram nos últimos anos, tanto em períodos eleitorais quanto durante a pandemia de Covid-19. Para citar apenas alguns exemplos: o uso constante da ideia de “liberdade” para atacar as instituições democráticas (generalização brilhante); o recurso à ideia de “família” (quadro familiar); de que “o Brasil vai se tornar uma Venezuela” (inflação hiperbólica dos riscos); de que existe uma guerra cultural e de que “a esquerda” possui o monopólio dos meios de comunicação (polarização); de que “a esquerda é contra Deus, igrejas etc.” (endemoniamento) etc., etc. Evidentemente, algumas dessas técnicas fazem parte de *qualquer* discurso político, mas também é evidente a sua instrumentalização pela extrema-direita contemporânea para atacar as instituições democráticas e incitar, senão orquestrar, movimentos golpistas – como os acampamentos na frente dos quartéis das Forças Armadas após as eleições de 2022, que culminaram nas invasões da Praça dos Três Poderes no 8 de janeiro de 2023.

Quadro 1 – Técnicas utilizadas nas propagandas de operações psicológicas

(continua)

Técnica	Descrição
Generalizações brilhantes	“utilização de exageros e palavras com alta conotação emotiva, como paz, honra e liberdade (...)” “são deliberadamente sem sentido (...) as frases e palavras usadas devem ser vagas e ambíguas (...). As expressões generalizantes oferecem respostas superficiais para problemas sociais complexos.” (Ibid., p. 2-11)
Testemunho	utilização “do testemunho de alguma personalidade respeitada e aceita pelo público-alvo, com o intuito de dar cunho oficial ou prestígio para a mensagem da propaganda.” (Ibid., p. 2-11)
Simplificação	“É o modo pelo qual um tema de propaganda é apresentado de forma clara, concisa, reduzida e simples para o público-alvo. Usa-se para transformar temas complexos em temas simples e fáceis de entender, oferecendo uma interpretação simplificada dos fatos, das ideias e das personalidades” (Ibid., p. 2-11)

Quadro familiar	“utilização de cenas ou expressões que evoquem no público-alvo as lembranças familiares.” “As palavras familiares e comuns, tais como lar, filhos e família, produzem reação emocional favorável naqueles que ouvem ou lêem, motivando uma onda de simpatia em favor da mensagem e despertando sentimentos nostálgicos” (Ibid., p. 2-11)
Adesão à maioria	“É usado (...) para convencer o público-alvo de que a campanha é expressão do ímpeto irresistível da massa ou do processo histórico”. (Ibid., p. 2-12)
Derivação	“Consiste em criar uma nova corrente psicológica favorável à causa defendida pela propaganda, a partir de uma corrente da opinião pública já existente ou previamente provocada, que é desviada pela referida propaganda”. (Ibid., p. 2-12)
Sugestão e insinuação	“consiste em apontar ideias sem, explicitamente, tentar impô-las, deixando a cada um a tarefa de tirar suas próprias conclusões.” “A insinuação é uma forma indireta de sugestão, portadora, em princípio, de ideias ou sentimentos de caráter negativo, em que as ideias sugeridas procuram criar e manter a desconfiança do meio visado”. (Ibid., p. 2-12)
Incitação	“comumente usada para conduzir o público-alvo contra ideias ou pessoas. São ataques diretos à reputação e à credibilidade de figuras, instituições e filosofias”. (Ibid., p. 2-12)
Repetição e orquestração	“apresentação continuada da mesma mensagem até que seja definitivamente aceita pelo público-alvo”. (Ibid., p. 2-12)
Ampliação e desfiguração dos fatos	“tirar o máximo de proveito dos fatos favoráveis, ampliando-os e até mesmo sublimando-os, quando for o caso e, por outro lado, reduzir ou desfigurar os efeitos dos fatos desfavoráveis”. (Ibid., p. 2-15)
Inversão de atitude	Inserção na propaganda de argumentos desfavoráveis ao propagandista, a fim de produzir um ar de imparcialidade.
Boato	“mensagem cuja autenticidade é questionável e cuja origem é de difícil verificação.” (Ibid., p. 2-15)
Acusação de atrocidades	“imputar erros, crimes, barbaridades e crueldades, mesmo que não seja verdade, ao adversário”. (Ibid., p. 2-16)
Inflação hiperbólica dos riscos	“informar aos soldados e civis envolvidos numa batalha ou numa guerra, de que tudo aquilo que lhes é caro está em jogo” (Ibid., p. 2-16)
Polarização	“atrair o apoio da opinião pública e de aliados para a causa defendida. ‘Quem não está do nosso lado está contra nós’”. (Ibid., p. 2-19)
Alegação da sanção divina	“invocar apoio de Deus e de atribuir um caráter divino às campanhas.” “Os líderes adversários e/ou inimigos são apontados como materialistas e ateus, bem como os povos que estes representam. Portanto, todas as ações desencadeadas, com intuito de enfrentar aquelas nação ‘sem Deus’, terão o apoio divino”. (Ibid., p. 2-19)

Ataque pessoal	“atribuição de aspectos pejorativos, difamatórios ou sarcásticos a pessoas, ideias e instituições, com o fito de criar ou estimular ódios, descrenças ou preconceitos”. (Ibid., p. 2-19)
Aceitação	“criar e manter durante uma ação de propaganda, um ambiente de agrado que seja capaz de provocar no público-alvo um estado de espírito favorável à recepção das ideias a difundir” (Ibid., p. 2-19)
Endemoniamento e/ou desumanização do adversário	“identificar os chefes políticos e militares adversários como pessoas desumanas”. (Ibid., p. 2-19)

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Cabe notar que, diante de uma genuína preocupação com a proteção da sociedade civil em relação a essas técnicas, o ideal seria torná-las públicas, o que propiciaria a sua devida consideração pela sociedade e, dado o reconhecimento de que são possivelmente nocivas, a sua evitação e rechaço. No entanto, isso se torna contraditório segundo o ponto de vista de uma Força que pretende empregar essas técnicas sobre si e sobre a sociedade que compõe. O que resta como “proteção”, nesse caso, é a oposição de uma “narrativa” a outras – com todas as possíveis implicações que discutimos no capítulo anterior.

Para além da possível malignidade das “narrativas” opositoras – à imagem do Exército, aos interesses do Estado, à coesão nacional etc. – devemos perguntar se a *verdade* nos é nociva de alguma forma, dado que, em vez da dela, o que se prescreve é o emprego de técnicas como essas. De todo modo, seria interessante ao menos poder escolher pela verdade e ajuizar a respeito dos seus possíveis males. Ou seja, em que sentido podemos dizer que a vontade política do povo brasileiro é preservada ante o emprego dessas técnicas pelo Exército? Faz parte do “interesse nacional” a preservação da vontade política *do* povo brasileiro, ou o “interesse nacional” é *a* vontade política que, aos operadores desses instrumentos, cabe impor *ao* povo brasileiro?

Talvez, essas questões não se dirijam à “operadores” reais, mas àqueles que, como vimos no capítulo anterior, parecem ter aderido à ideia de que, na atualidade, uma guerra é travada nos âmbitos midiático, político e psicológico e que, diante disso, consideram razoável o emprego das operações psicológicas “contra” – na falta de expressão melhor – a própria sociedade. É possível que nossa preocupação com a *verdade* pareça dispensável caso os “operadores psicológicos” *considerem* que as propagandas produzidas por eles são verdadeiras, mas isso nos levaria a perguntar (i) por que, então, o uso de operações psicológicas, dado que já não se trataria de “convencer” – conquistar “corações e mentes”

ou coisa análoga; e (ii) se o peso dado ao que esses operadores *consideram* verdadeiro não os escalaria imediatamente a atores políticos – o que seria absurdo.

Não podemos deixar de considerar que subjacente a tudo isso parece haver uma certa noção de tutela da sociedade por parte das instituições militares. Como vimos no capítulo anterior, alguns autores pensam na sociedade civil como composta por pessoas despreparadas para lidar com “ameaças psicológicas”, facilmente enganadas pela “mídia”, incapazes de reconhecer a necessidade de investimento em defesa e, no limite, expostas a todo tipo de “risco informacional”, donde a solução seria a atuação do Exército no âmbito midiático a fim de controlar a opinião pública. A existência deste trabalho atesta – para além dos seus possíveis erros – que não é o caso.

Retomando o conteúdo do manual: o item 2-8.c. aborda a “origem da propaganda adversa” (Ibid., p. 2-23). Já vimos a classificação das propagandas em “brancas”, “cinzas” e “negras”: aquelas cuja origem é identificável, cuja origem é omitida, e cuja fonte não é verdadeira, respectivamente. Apesar de não termos nos demorado nos exemplos oferecidos pelos manuais, este é digno de nota: o item 2-8.c.(5).(c), acerca da propaganda adversa branca, afirma que o

País enfrentou, há algum tempo, a ação de um ativo movimento revolucionário. Das atividades desenvolvidas pelos agentes do movimento destacaram-se a agitação e a propaganda, particularmente como instrumento para solapar e desacreditar o governo junto à população.

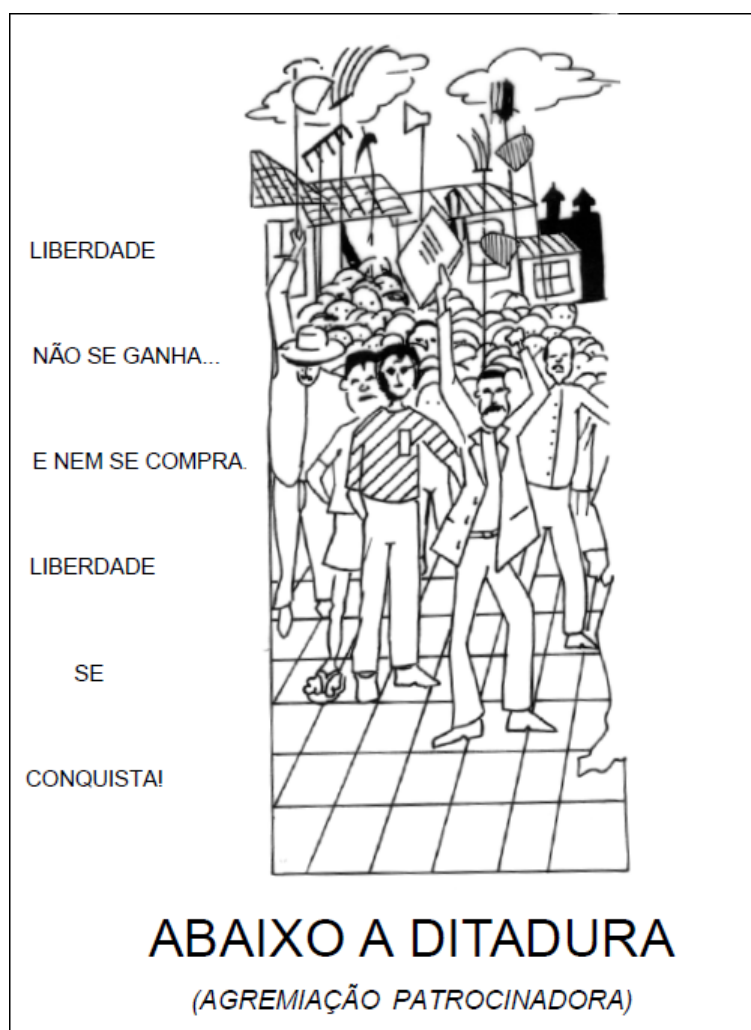
Assim, por meio de agressivas campanhas, as autoridades constituídas eram atacadas e o regime contestado, através de intensa panfletagem denunciando a desnacionalização da economia, de pichação de muros e paredes com “*slogans*” ofensivos, dentre os quais se destacou a frase “*ABAIXO A DITADURA*”, e de ampla disseminação de panfletos, sobressaindo-se o que apresentou o povo em aclamação, com os dizeres “LIBERDADE NÃO SE GANHA E NEM COMPRA - LIBERDADE SE CONQUISTA!”, de responsabilidade de uma agremiação da época. (Ibid., p. 2-24, grifos nossos)

Ao que se segue a Figura 1.

De todos os possíveis exemplos de “propaganda adversa branca” os autores do manual optaram (i) por uma manifestação contrária à ditadura militar (1964-1985) e (ii) a expuseram do ponto de vista do regime autoritário. Ora, somente sob esta perspectiva é possível dizer que a frase “ABAIXO A DITADURA” é “ofensiva”. A segunda edição do

manual de operações psicológicas do Exército Brasileiro (*Manual de Campanha C 33-1 - OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS*) data de 1977, ou seja, foi publicada durante a ditadura. Nesse sentido, questionamos se a edição seguinte do manual, que estamos analisando e que foi publicada em 1999, foi devidamente modificada para se adequar ao contexto político do país e ao compromisso do Exército com a democracia brasileira. Deste ponto de vista, seria incorreto descrever as manifestações contrárias à ditadura como “movimentos revolucionários” que atuavam para “solapar e desacreditar o governo junto à população”. Mesmo *se* quisermos considerar as manifestações populares contrárias ao regime como “revolucionárias”, o fato é que a “revolução” em questão foi bem sucedida e o compromisso das Forças Armadas, atualmente, é com a democracia, de modo que o “governo” ao qual o exemplo se refere não pode ser descrito senão como *contrário* aos interesses do Estado.

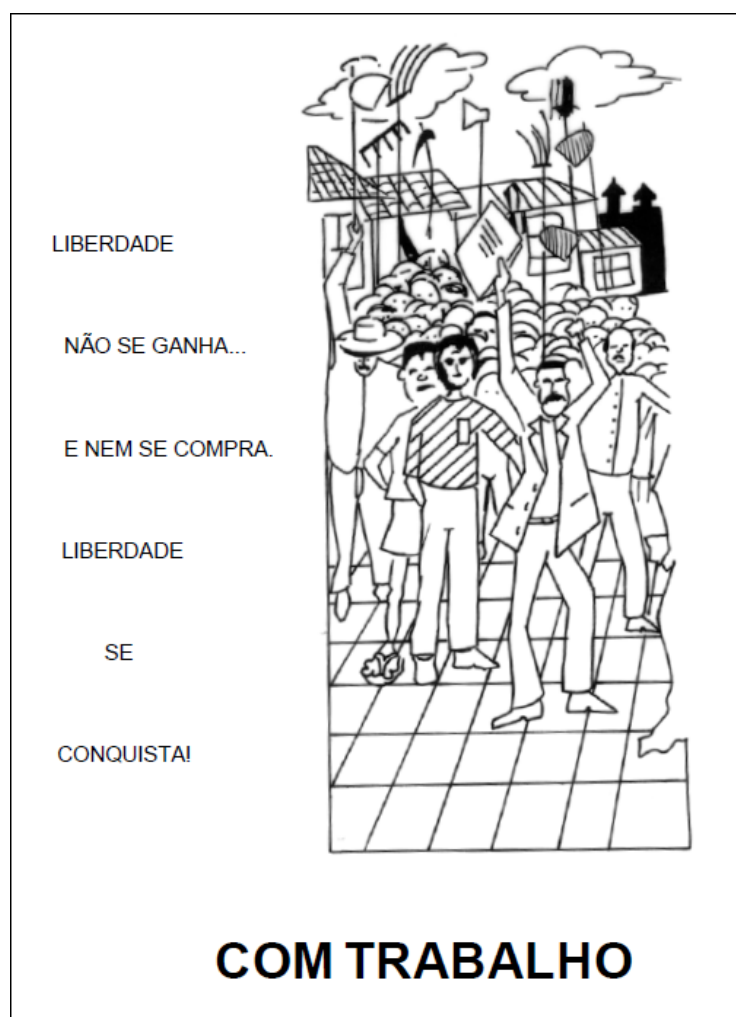
Figura 1 - Exemplo de propaganda adversa branca



Fonte: Brasil, 1999, p. 2-25.

É preciso lembrar que esses manuais são de caráter *formativo*, ou seja, a “narrativa” que eles apresentam, mesmo a título de exemplos, fazem parte da formação dos militares do Exército. E, nesse caso, é evidente que a “narrativa” apresentada é a de que a ditadura militar consistiu em uma forma legítima de governo e que as mobilizações democráticas, em ameaças ilegítimas às “autoridades instituídas”. Mais adiante, no item 2-9.b.(1), o manual apresenta a Figura 2 como um exemplo de técnica utilizada na contrapropaganda: na contestação indireta “a contrapropaganda não entra em confronto direto com a propaganda adversa” (Ibid., p. 2-30).

Figura 2 - Contrapropaganda à propaganda adversa branca (Figura 1)



Fonte: Brasil, 1999, p. 2-31

Caso os exemplos estivessem *corretos* – a partir das próprias definições do manual e apesar de todas as ressalvas que fizemos acerca da consideração de que quaisquer

manifestações políticas podem ser incluídas em um conceito como “operações psicológicas” – a Figura 1 jamais poderia ser apresentada como “propaganda adversa”; assim como a Figura 2 sob hipótese alguma poderia ser apresentada como “contrapropaganda à propaganda adversa”. A “narrativa” construída pelo exemplo *nega* descontinuidade que há a partir do golpe de 1964 e trata a “propaganda adversa” – manifestação popular – a um regime ditatorial nos mesmos termos em que, hoje, se poderia tratar as notícias falsas que buscam erodir o processo eleitoral.

A partir disso, buscamos pela palavra-chave ‘ditadura’ nas 54 revistas do Exército Brasileiro¹³. A busca resultou em apenas *um* artigo que menciona a “ditadura de 1964” – ou “ditadura dos generais” – *Lawfare, Democracia e a Transição Inacabada Brasileira*, de autoria de Lentz (2023), um civil. Ora, nos perguntamos qual seria o motivo para uma ausência tão contundente de artigos que abordam mais de 20 anos da história do Exército Brasileiro entre esses títulos. Ao lado disso, uma busca pela mesma palavra-chave na página da *Biblioteca Digital do Exército*¹⁴ mostra como resultados apenas os tomos de uma série de livros de título *1964 – 31 de março: O Movimento Revolucionário e a Sua História*, de autoria de Motta (2003)¹⁵. Como não é um objetivo do presente trabalho realizar uma análise da perspectiva apresentada pelo Exército desse período da história nacional, sugerimos ao leitor interessado pesquisar pelo termo ‘ditadura’ nesses volumes, onde encontrará – dentre as entrevistas realizadas com oficiais superiores do Exército – opiniões como a de que o uso do termo ‘ditadura’ é um impropério disseminado por “revanchistas” etc.

Apresentadas as técnicas de propaganda das operações psicológicas (Quadro 1), cabe considerar também os *objetivos* do emprego dessas técnicas. O item 4-11.d.(6) divide esses objetivos em “coesivos” e “divisivos” (Brasil, 1999, p. 4-11). Dentre os objetivos psicológicos coesivos constam: o aumento do sentimento de “amizade em relação a quem patrocina as [operações psicológicas]” (Ibid., p. 4-12); a manutenção do estado de ânimo elevado das pessoas; o “cumprimento das leis, normas, regras e regulamentos, mesmo em desacordo com seus pensamentos e sentimentos” (Ibid., p. 4-12); e a incitação ao público a “ajudar, voluntariamente, a força apoiada” (Ibid., p. 4-12). Já entre os objetivos psicológicos divisivos contam: “minar a moral do público-alvo no apoio às metas nacionais ou populares que constituam perigo aos interesses de quem patrocina as

¹³ < <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/> >, acesso em 08/02/25.

¹⁴ < <https://bdex.eb.mil.br/jspui/> >, consulta realizada em 08/02/2025.

¹⁵ Entre as referências deste trabalho consta apenas o Tomo 1 desta série.

[operações psicológicas]” (Ibid., p. 4-12); “aumentar a incredulidade do povo em relação à política e a ideologia das autoridades e das nações adversárias” (Ibid., p. 4-12); estimular o conflito entre grupos e dentro deles; “intensificar a preocupação de um indivíduo com sua situação pessoal, diminuindo seu apoio às metas nacionais ou do grupo” (Ibid., p. 4-12); “fomentar o comportamento desorganizado e a confusão” (Ibid., p. 4-12); “nutrir comportamentos desagregadores e anti-políticos” (Ibid., p. 4-12); e “induzir os indivíduos (...) a colocar seus interesses acima dos interesses coletivos, minando a autoridade militar” (Ibid., p. 4-12).

Quanto ao seu emprego, o item 5-1.a. afirma que as operações psicológicas “em tempo de paz compreendem um conjunto de ações psicológicas planejadas e executadas para fortalecer os padrões culturais e o moral da população e mobilizar a opinião pública em torno dos Objetivos Nacionais” (Ibid., p. 5-1) – já tecemos comentários suficientes a respeito do tipo de dificuldade que isso impõe, sobretudo a respeito do escopo de ação das instituições militares. Por sua vez, os itens 5-3.a. e 5-3.b. afirmam que em combate as operações psicológicas buscam o apoio da população e também “desmoralizar e dissociar o adversário” (Ibid., p. 5-3). Cabe lembrar o que observamos tanto nos artigos quanto nos próprios manuais: (i) caso não se possa traçar uma distinção entre guerra e política, o emprego das operações psicológicas “de” combate passa a valer a todo tempo; (ii) o que se agrava diante da consideração de que o “adversário” pode ser interno – por exemplo, um civil brasileiro cujas ideias parecem ameaças a imagem do Exército etc. Ou seja, dado tudo o que foi considerado até agora, esse manual prescreve ações que visam *desmoralizar* e *dissociar* atores políticos e segmentos da população civil que sejam percebidos como ameaçadores para o Estado ou para o Exército Brasileiro segundo a perspectiva deste. O que – como já insistimos diversas vezes – é absurdo.

No primeiro capítulo apresentamos, apenas na forma de um esboço, a proposta de que a comunicação das instituições militares se abstenha de propagandear o que quer que seja, e que a propaganda necessária para a manutenção das Forças – assim como a formação de uma “mentalidade de defesa” etc. – seja de responsabilidade de outras instituições. Também insistimos na necessidade restringir o uso das armas informacionais e psicológicas às ameaças ao Estado. No entanto, nos deparamos reiteradamente com outro problema: asserir a necessidade de restringir o uso dessas armas às ameaças ao Estado é inócuo quando os critérios a partir dos quais se define o sentido de ‘ameaças ao Estado’ são tão imprecisos quanto “qualquer conjunção de atores (...) com intenção e capacidade (...) de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais” (Brasil, 2015c). Vimos

que esse tipo de definição depende largamente das teorias que informam a doutrina do Exército Brasileiro, logo, o sentido de ‘ameaça ao Estado’ pode estar inteiramente de acordo, por exemplo, com a teoria da guerra de quarta geração e a indistinção que ela propõe entre civis e militares, guerra e não guerra – por extensão, guerra e política – notícias e ameaças, atores internos e externos e tudo o mais que vimos até aqui. Logo, não é razoável que as Forças Armadas, de maneira autônoma, estabeleçam os seus manuais. Ou seja, é preciso que instituições da sociedade civil tenham acesso aos manuais das instituições militares e que algum tipo de regulação se dê com base nisso.

Como, por vezes, o acesso a esses manuais pode não ser garantido a pesquisadores, é difícil que essa lacuna seja preenchida pela produção acadêmica – tampouco a produção acadêmica implica em uma resposta por parte das instituições militares, vide o caso da busca que fizemos pelo termo ‘ditadura’ nas revistas e na biblioteca do Exército. Assim, é necessária a criação de um ente cuja função seja, periodicamente, realizar uma análise da doutrina das instituições militares. Se poderia argumentar que civis nada teriam a dizer, por exemplo, sobre um manual de operações de informação, que um manual como esse prescreve ações apenas a nível tático e operacional e que somente militares com a devida formação poderiam avaliar a pertinência e qualidade desses conteúdos. Ora, mas se esses manuais se ocupam do controle da opinião pública pelo exército e prescrevem procedimentos de efeito “divisivo” contra possíveis integrantes da sociedade civil – porque em uma “guerra de narrativas” esses integrantes são possíveis ameaças aos “interesses nacionais” – é impensável que eles não passem por algum tipo de regulação e que possam ser estabelecidos autonomamente pelas instituições militares. Desse modo e, infelizmente, mais uma vez apenas como um esboço, apresentamos outra proposta que se mostra necessária ante os problemas que viemos apontando até aqui.

Os itens 5-4. e 5-5. descrevem as ações das operações psicológicas sobre a população e sobre o adversário em contexto de combate, respectivamente. Acerca das ações sobre a população, consta que esta pode ser “considerada o *meio* onde se desenvolve a luta e o objetivo dos dois adversários” (Brasil, 1999, p. 5-4, grifo nosso). Os procedimentos destacados para tanto consistem na oferta de um ideal capaz de emocionar; na manutenção de ações que vão de encontro com esse ideal; no descrédito da “ideologia aversa”, realçando as suas contradições com as ações do adversário; a preservação dos interesses da população e a “elevação” do seu nível cultural; e a exploração de sentimentos comuns à maioria. As ações sobre os adversários visam “envolvê-lo em uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito” (Ibid., p. 5-5), levando-o à

rendição. Para tanto, o procedimento destacado consiste em “atuar sobre as contradições [do adversário] (...) e criar um vácuo entre ele e a população” (Ibid. p. 5-5), ou induzi-lo a uma “falsa interpretação das atitudes das nossas próprias forças militares” (Ibid., p. 5-5), ou seja, impor a ele uma “falsa realidade”.

Finalmente, cabe considerar o ANEXO B do manual de operações psicológicas, “FATORES PSICOLÓGICOS”. Esse anexo descreve sucintamente a *psique* humana, tanto em seus aspectos individuais quanto grupais, e é essa descrição que permite aos “operadores psicológicos” elaborar e empregar as técnicas e procedimentos descritos anteriormente. O anexo elenca quatro “fatores psicológicos principais”: percepção; motivação; estresse; e atitude. A percepção consiste na interpretação dos dados das diversas modalidades sensoriais, sendo influenciada pelas “capacidades fisiológicas, a educação, as experiências anteriores e o ambiente cultural e social” (Ibid., p. B-2) do indivíduo. A motivação é definida como um “estado interno de ânimo que resulta de uma *necessidade*, dirigindo o comportamento humano para a satisfação dessa necessidade” (Ibid., p. B-2, grifo nosso), ao que se segue uma representação hierárquica das necessidades humanas: fisiológicas; de segurança; de amor (afeto); de estima; e de auto-realização. O texto também reconhece que (i) essa hierarquia não é fixa, podendo variar em diferentes sociedades e indivíduos, mas que (ii) é bastante geral. O estresse consiste “num conjunto de reações do organismo às pressões de ordem física, psíquica, infecciosa e outras, capazes de perturbar o estado de equilíbrio do organismo vivo” (Ibid, B-2) e pode ser causado por “frustração, *conflito* e pressão” (Ibid., B-3, grifo nosso). ‘Conflito’ refere-se à incompatibilidade entre diferentes necessidades. Além disso, consta que “a pressão para alcançar metas específicas, ou para comportar-se de uma maneira particular, também pode ocasionar o estresse” (Ibid., B-3). Por fim, a atitude é definida como “predisposição aprendida para pensar, sentir e agir de maneira favorável ou desfavorável, em relação a pessoas, objetos, conceitos ou fatos” (Ibid., B-3), e inclui tanto aspectos cognitivos quanto emocionais. O item B-2.d.(d). considera que as atitudes são reforçadas pelas pressões sociais e que

a manifestação de algumas emoções constitui uma forma de defesa necessária, na medida em que elas permitem a expressão de impulsos que poderiam tornar-se autodestrutivos, se permanentemente *reprimidos*. A existência de tal mecanismo constitui uma oportunidade ao propagandista de propor alternativas para a exteriorização dessas

emoções, que prometem maior alívio ao público alvo. (Ibid., p. B-4, grifo nosso)

Enfim, acerca dos tipos de mudanças de atitudes decorrentes das operações psicológicas, o manual destaca o *consentimento* – consciente e mais superficial – e a *identificação* – inconsciente e mais duradoura.

Acerca dessa representação dos processos psíquicos, cabe notar que ela é bastante razoável. Acerca da motivação, da hierarquia das necessidades, do conflito e da frustração, ela se aproxima bastante de formulações atuais dos campos das neurociências e da psicanálise (Solms, 2024). Ela também abarca formulações psicanalíticas “clássicas” como a de deslocamento – a considerações de que se pode dar outras vias de expressão para impulsos reprimidos – (Fink, 2024) e de identificação – considerada em seu aspecto inconsciente (Freud, 2013). Ou seja, o conteúdo do manual de operações psicológicas não pode ser considerado ingênuo do ponto de vista da sua fundamentação teórica.¹⁶

¹⁶ Se um manual como esse descreve o *modus operandi* de parte de um movimento político como o da extrema-direita contemporânea (a hipótese inicial deste trabalho era a de que são isomórficos), nos perguntamos em que medida uma representação *lúcida* da psique não corrobora o seu êxito. Muito escutamos nos últimos anos sobre como a extrema-direita “entendeu” as redes sociais primeiro etc. No entanto, é possível que ela tenha entendido mais do que isso. A título de exemplo: no campo da psicologia se poderia objetar que tanto a ideia de “necessidades” quanto a de uma hierarquia entre elas não são tão organizadoras do psiquismo quanto se supõe, e que este, na verdade, deve ser pensado em termos distintos – “desejo”? Ora, é bem possível que, nesse caso, a simplicidade alcance melhores resultados do que a complexidade excessiva – e que isso valha para qualquer tarefa prática. Esta crítica, para evitar querelas que já possuem espaço próprio e que extrapolam os propósitos desta dissertação, é dirigida, como diz o poeta, “*pra quem a carapuça caiba*”.

4. ANTECEDENTES TEÓRICOS DOS MANUAIS ANALISADOS

No primeiro capítulo deste trabalho, consideramos brevemente o pensamento de William Lind e a teoria da guerra de quarta geração, e constatamos a sua influência nos artigos publicados nas revistas do Exército Brasileiro acerca das operações de informação e das operações psicológicas. Enquanto Serrano (2013), Barboza e Araújo (2023) consideram problemático o prestígio que o pensamento de Lind – sobretudo por meio daquela teoria – vem adquirindo entre os oficiais do Exército, julgamos necessário dar um passo atrás e analisar, ao menos em nível de produção teórica, as razões que levam a tanto.

Na análise dos manuais realizada no capítulo anterior, pudemos observar que a doutrina do Exército de op. de informação e de op. psicológicas se adequam a algumas das ideias de Lind, como a de indistinção entre guerra e política, entre civis e militares, da disputa pelo controle da opinião pública (“guerra de narrativas”) etc. E cabe observar que essa adequação não pode ser considerada “acidental”: Lind é um “acólito”, nas palavras de Ford (2013), de John Boyd, a quem se atribui o “ciclo de tomada de decisão”, um elemento central da doutrina do Exército e que é apresentado conceitualmente na *Doutrina Para o Sistema Militar de Comando e Controle* (Brasil, 2015a) – que, na verdade, é um documento doutrinário das Forças Armadas – e no *Manual de Campanha EB20-MC-10.205 - Comando e Controle* (Brasil, 2015b). Ou seja, dado que Lind é um “continuador teórico” de Boyd, que formulou um elemento central da doutrina de comando e controle do Exército – que diz respeito ao planejamento, preparo e execução das operações militares – logo, a aderência às suas ideias é bastante natural. Deste modo, sugerimos que os pesquisadores deixem de tratar Lind de maneira isolada e passem a considerar a “escola” de pensamento militar que se desdobra a partir de Boyd e que é determinante para o pensamento militar brasileiro contemporâneo. Refutar as ideias de Lind, independentemente da qualidade da demonstração da sua falsidade, se mostra uma tarefa trivial ante o fato de que a aderência a elas se baseia, antes, no peso que as ideias – e o nome – de Boyd possuem.

Dito isso, é importante notar que as únicas tentativas de uma exposição sistemática do pensamento de Boyd publicadas em português de que tivemos notícias foram os trabalhos *Boyd e Szafranski* e *John Boyd, Obra e Influência*, de Costa (2014 e 2018): uma leitura detida desses trabalhos nos levou a questionar se a exposição do “ciclo de tomada de decisão” contida naqueles documentos está correta. Costa (2018, p. 34) descreve uma das interpretações “mais danosas” da teoria de Boyd, que consiste na ideia de que, em um

conflito, a “rapidez” na realização do ciclo de tomada de decisão é o aspecto decisivo do combate. O problema óbvio dessa ideia é que é possível cometer erros tanto rápido quanto devagar, o que deu origem ao trocadilho “*Observe, Overreact, Destroy and Apologize*” [“observar, reagir desproporcionalmente, destruir e se desculpar”] – em vez de “*Observe, Orient, Decide and Act*” [“observar, orientar, decidir e agir”], os quatro termos que compõem o ciclo. Se a importação das teorias de Boyd e de Lind por si só já é problemática, as suas exposições mediante uma “interpretação” equivocada nos parece ainda mais. Além disso, as principais ideias de Lind não se sustentam independentemente do pensamento de Boyd – ou seja, uma interpretação equivocada de Boyd *implica* em uma interpretação equivocada também de Lind.

Uma exposição das ideias deste sobre comando e controle pode ser encontrada no sexto capítulo de *Science, Strategy and War* (Osinga, 2007) e, do *verdadeiro* ciclo de tomada de decisão (“*The Real OODA Loop*”), no segundo capítulo de *Airpower Reborn* (Olsen, 2015). Aqui, Osinga (Olsen, 2015, p. 114, trad. nossa) afirma o seguinte:

A primeira concepção equivocada sobre o ciclo [*loop*] OODA diz respeito à velocidade. A ideia de ciclagem rápida sugere um foco na velocidade da tomada de decisão, em outras palavras, “sobreciclar” [*outlooping*] o oponente através de sucessivos ciclos OODA mais rápidos. De fato, Boyd frequentemente sugere isso. Mas ele também aborda o aspecto de alterar o tempo, tornando difícil para o oponente se adaptar adequadamente às rápidas *mudanças* na situação, incluindo o elemento da velocidade. Portanto não é velocidade absoluta que conta, mas o tempo relativo ou a variação no ritmo.

Por analogia:

No xadrez, **tempo** refere-se a um movimento. Quando um enxadrista alcança um objetivo em um movimento a menos do que o esperado, ele “ganha um tempo”, e vice-versa, ao alcançar um objetivo utilizando um movimento a mais do que o previsto, ele “perde um tempo”. Similarmente, caso um enxadrista seja bem-sucedido em forçar seu oponente em gastar turnos a mais - comumente em defesa - que ele não teria originalmente feito, o jogador “ganha tempo” (e seu oponente “perde tempo”), visto que o oponente desperdiça turnos.¹⁷

¹⁷ < Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tempo_\(xadrez\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tempo_(xadrez)) >, acesso em 08/02/2025.

E o que consta no manual de comando e controle:

Entre dois oponentes, o comandante que completar o ciclo antes do adversário influencia o cenário a partir do qual as decisões do outro lado serão tomadas, obrigando o oponente a interromper e a refazer o seu ciclo, *proporcionando vantagem ao comandante que utilizá-lo mais rápido. Quanto menor a duração desse ciclo, mais ágil é o processo decisório.* (Brasil, 2015b, p. 2-7, grifo nosso)

Com a ressalva de que a

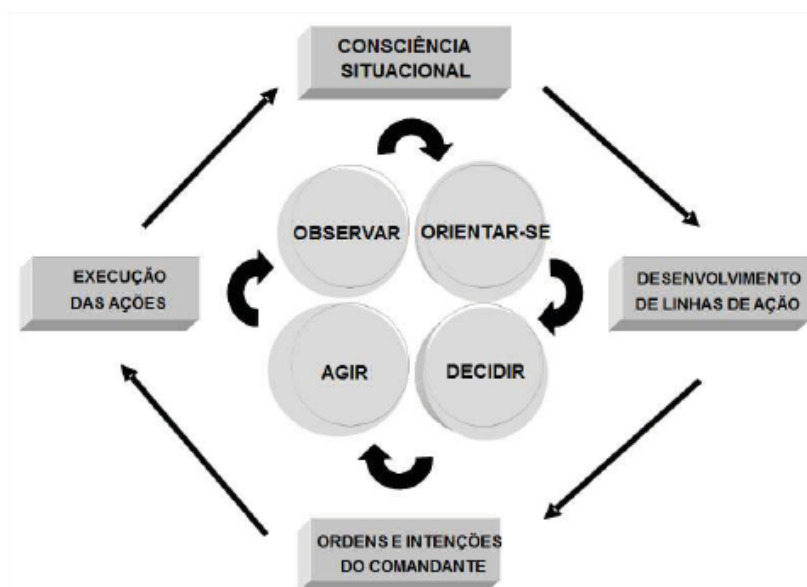
velocidade na qual o ciclo será empregado não será, no entanto, *suficiente* para garantir sua efetividade. Se a percepção do ambiente for falsa, inadequada ou incompleta, se as informações forem analisadas incorretamente ou se as ações implementadas não corresponderem à decisão tomada, o ciclo não afeta o ambiente de acordo com a intenção do comandante, pecando, nesse caso, pela qualidade e não pela velocidade. (Brasil, 2015b, p. 2-8, grifo nosso)

À primeira vista, esta exposição pode parecer correta, dado que é feita a ressalva de que a velocidade do processo de tomada de decisão não é *suficiente* para garantir o êxito da ação militar. No entanto, isso não anula o fato de que velocidade é considerada *necessária* para tanto. A velocidade – “quem age primeiro” – implicaria na necessidade de adequação pelo adversário às novas condições. Mas o fato é que agir primeiro não é o mesmo que “operar dentro do ciclo de tomada de decisão do adversário”: para que isso seja possível, a ação militar deve ser percebida como errática, ambígua e imprevisível. Ou seja, é possível agir rápido e de forma *previsível*.

Mas essa não parece ser a única incompatibilidade entre a exposição contida no manual de comando e controle e o modelo proposto por Boyd. A forma “simplificada” do ciclo OODA¹⁸ que consta no manual e que está representada na Figura 3 exclui outros de seus aspectos essenciais. A Figura 4 ilustra o ciclo OODA tal como elaborado por Boyd.

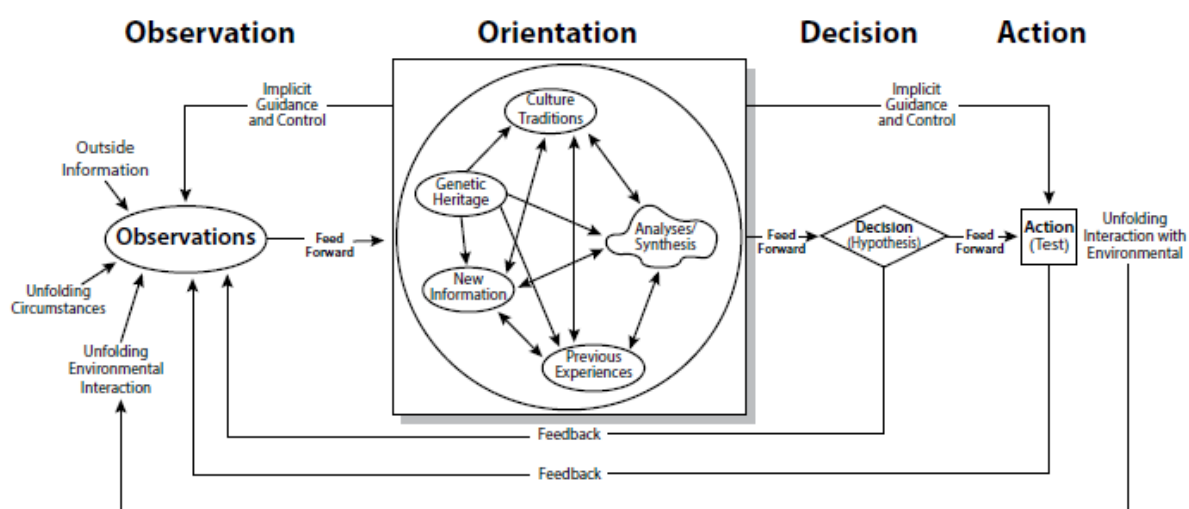
¹⁸ A partir daqui utilizaremos a expressão ‘ciclo OODA’ para nos referirmos ao “ciclo de tomada de decisão”. Pedimos ao leitor para manter em mente que o ciclo OODA é um *modelo* proposto por Boyd para o processo de tomada de decisão.

Figura 3 - Ciclo OODA apresentado no manual de comando e controle



Fonte: Brasil, 2015, p. 2-7.

Figura 4 - Ciclo OODA desenvolvido por Boyd



Fonte: Boyd, 2018, p. 338.

Não nos deteremos no modelo de Boyd, dado que isso exigiria um trabalho à parte. Mas gostaríamos de destacar dois aspectos em que os modelos contrastam: o primeiro modelo não torna *evidente* que existe uma hierarquia entre os termos que compõem o ciclo OODA, em que a *orientação* se destaca como o mais importante – ela é o “ponto de gravidade” das forças combatentes – nesse sentido a *orientação* não pode ser considerada uma simples “fase” em um processo de sucessivas “observações, orientações, decisões e ações”. Isso reforça a consideração de que a velocidade não é suficiente para obter vantagem em uma ação. É importante notar que as resultantes do processo de orientação – que inclui “tradições culturais”, “herança genética”, “novas informações” e “experiências anteriores” – são “análises” e “sínteses”: em seu único texto publicado *Destruction and Creation*¹⁹, Boyd (2018, p. 315-325) discorre sobre como *conceitos* são formados e, no quinto parágrafo, apresenta os termos que viriam a compor o ciclo OODA:

Ações devem ser tomadas em série e de muitos modos diferentes [ação]. Decisões devem ser renderizadas, a fim de monitorar e determinar a natureza precisa das ações necessárias e que serão compatíveis com o objetivo [decisão]. Fazer essas decisões a tempo implica que devemos ser capazes de formar conceitos sobre a realidade observada, tal como a percebemos, e ser capazes de mudar esses conceitos na medida em que a própria realidade parece se transformar. Então, os conceitos podem ser usados como modelos de decisão, a fim de aumentar a nossa capacidade para ação independente [orientação e observação]. Tal demanda por decisões que, literalmente, impactam nossa sobrevivência, suscita a pergunta: Como nós geramos ou criamos conceitos mentais que servem de base à atividade de tomada de decisão? (Boyd, 2018, p. 317, trad. nossa)

É com base nesse modelo que Szafranski (1997, p. 9) – outro “continuador teórico” de Boyd – afirma que “uma campanha de operação de informação bem-sucedida impõe uma falsa realidade ao alvo humano”. Ou seja, ela impede que este forme conceitos que correspondem à realidade, logo, que ele a observe, decida e aja corretamente. O foco da ação militar, através do modelo proposto por Boyd torna-se a psique, e o imperativo tático e estratégico, a desorientação do adversário – e isso sim implicaria no êxito de uma tal ação.

O segundo aspecto em que os modelos divergem é o que permite compreender as ideias de Boyd sobre comando e controle e, por extensão, entender como Lind chega à

¹⁹ Apresentamos uma tradução desse texto no Apêndice A.

conclusão de que uma “força de quarta geração” possui uma vantagem estratégica sobre forças de “gerações anteriores”²⁰. Na parte superior da Figura 4, vemos duas linhas que partem do núcleo de “orientação” e apontam para a “observação” e para a “ação”, indicando “*Implicit Guidance and Control*”, algo como “Controle e Direção Implícitos”. O termo “implícito” importa: em *Organic Design for Command and Control*, Boyd (2018, p. 238, trad. nossa) propõe o seguinte²¹:

O PONTO

Qualquer sistema de comando e controle que force os seus aderentes a olhar para dentro leva à dissolução/ desintegração (i.e. o sistema se torna descolado).

EM UM SENTIDO MUITO MAIS AMPLO

Sem conexões e laços implícitos, associados a imagens e impressões similares, não pode haver nem harmonia nem iniciativa individual em uma entidade coletiva, não há como uma totalidade orgânica deste tipo se manter unida e lidar com um ambiente multifacetado, incerto e em constante mudança. Ou, equivalentemente,

Sem laços e conexões implícitos, nós aumentamos a fricção, produzimos paralisia e levamos o sistema ao colapso.

INSIGHT

A ideia central é enfatizar o implícito, ao invés do explícito, para obter uma disparidade favorável em fricção e tempo (i.e., os nossos menores que os de qualquer adversário) para [obter] superioridade em modelar e adaptar às circunstâncias.

? – LEVANTA A QUESTÃO – ?

Como nós fazemos isso?

MENSAGEM

Suprimimos a tendência a construir arranjos internos explícitos que dificultam a interação com o mundo exterior.

Em vez disso

Organizamos contextos [*setting*] e circunstâncias de modo que sejam dadas oportunidades tanto aos líderes quanto aos subordinados para interagir com o mundo externo e uns com os outros, de modo a fazer mais rapidamente projeções multifacetadas e cruzadas, empatias, correlações e rejeições implícitas, assim como criar imagens ou

²⁰ Utilizamos aspas para nos referirmos às ideias de Lind sobre “gerações” da guerra porque consideramos os argumentos dos autores críticos a elas, citados anteriormente, suficientes para refutá-las.

²¹ Mantivemos a formatação tão próxima quanto possível do material original, que é uma reunião dos *slides* de Boyd que acompanhavam as suas apresentações para instituições de defesa dos Estados Unidos.

impressões semelhantes, logo, uma orientação implícita semelhante, necessária para a formação de um todo orgânico.

Por quê?

Uma orientação implícita semelhante para comandantes e subordinados possibilitará a eles:

- Diminuir a fricção e reduzir o tempo, logo permitindo-os a:
- Explorar variedade/ rapidez enquanto mantém harmonia/ iniciativa, logo permitindo-os a:
- Aumentar a fricção do adversário e alargar o seu tempo (para uma disparidade favorável em fricção e tempo), logo:
- Negar ao adversário a oportunidade de lidar com eventos/ esforços na medida em que eles se desdobram.

Essa proposta para um “design orgânico para comando e controle” enfatiza o controle e a direção *implícitos*, como destacado no ciclo OODA. Com isso, Boyd pretende apontar que o modelo de comando e controle “clássico” das instituições militares gera *fricção*, porque se baseia em ordens e diretrizes explícitas e possui uma hierarquia rígida e que embarga a iniciativa individual. A esse respeito Osinga (2007, p. 199, tradução nossa) explica que sob essa proposta está a ideia de que a iniciativa não será incentivada por um sistema “*top-down*” de comando e controle e que, na verdade, comando e controle “representam uma mentalidade *top-down* aplicada de um jeito rígido, ou mecânico (ou elétrico) que ignora e também abafa a natureza implícita dos seres humanos para lidar com incerteza, mudança e o estresse”. Ou seja, o que o autor formula é uma *crítica* às ideias de comando e controle tais como se encontram no manual do Exército – em que ‘comando’ quer dizer “o conjunto de atividades com as quais o comandante exerce a autoridade que lhe foi conferida e mediante as quais impõe sua vontade e intenção em forma de ordens” (Brasil, 2015b, p. 3-1), e ‘controle’, “o conjunto de atividades mediante as quais o comandante conduz as operações, dirigindo e coordenando as forças e meios destinados para o cumprimento da missão” (Ibid. p. 3-1).

São as ideias de Boyd sobre comando e controle que levam Lind a afirmar que, por exemplo, uma “força de terceira geração” possui vantagens frente a uma “força de segunda geração”. Em *The Four Generations of Modern War*, Lind (2014, p. 125-125, trad. e grifos nossos) caracteriza essas gerações:

Também conhecida como guerra de poder de fogo/ atrito, a segunda geração da guerra manteve a cultura de ordem da primeira. *A tomada de decisão era centralizada e hierárquica; as ordens eram detalhadas e*

controladas, a fim de permitir a sincronização de todas as armas; o tempo não era particularmente importante; e o sucesso era medido pela relativa contagem de corpos. As forças armadas de segunda geração focaram os métodos, procedimentos e processos internos, valorizavam a obediência sobre a iniciativa (porque iniciativa e sincronização não são compatíveis) e dependiam de disciplina imposta.

As novas táticas de terceira geração, desenvolvidas pelos alemães durante a Primeira Guerra Mundial, foram as primeiras táticas não-lineares. (...) Culturalmente, o exército alemão não apenas focou o exterior; ele valorizou iniciativa sobre obediência e dependia de autodisciplina, invés de disciplina imposta.

Ou seja, segundo o autor, uma “força de terceira geração” opera mais a partir de “controle e direção implícitos” do que uma “força de segunda geração” – que opera mediante comando e controle explícitos. Nesse sentido, o mesmo raciocínio se aplica à comparação entre uma “força de quarta geração” e uma de “terceira”: o PCC, para retomar o exemplo empregado por Lind, possui uma vantagem sobre as forças do Estado devido à sua estrutura organizacional mais flexível e à relativa autonomia de seus integrantes. Donde a necessidade de “modernizar” as Forças Armadas – torná-las mais aptas a operar mediante comando e controle “orgânicos”, abandonando o modelo rígido da “disciplina imposta”, que gera “fricção” e dá aos adversários possíveis vantagens. Como dissemos, dadas as premissas, a aderência às ideias de Lind se torna bastante natural, afinal, mesmo a sua ideia mais famosa, a organização dos conflitos modernos em quatro “gerações”, consiste apenas em uma enumeração do quadro conceitual elaborado por Boyd (2018, ps. 135, 135 e 142) que divide os conflitos em três tipos, ou categorias: *atrito*, *manobra* e *moral* (ou psicológico).

Nosso objetivo não é realizar uma exposição ou aprofundar esses conceitos, logo, nos deteremos no que interessa a este trabalho. (i) O modelo proposto por Boyd – o ciclo OODA – não corresponde à simplificação que encontramos no manual de comando e controle. Assim, devemos perguntar: qual é a *função* do modelo quando, na verdade, o uso que se faz dele é mediado por uma grosseira simplificação? Como vimos, essa simplificação não é inofensiva; pelo contrário, pode levar a sérios erros. (ii) E, talvez, a adoção do modelo sequer seja apropriada no caso do Exército Brasileiro. O pensamento de Boyd não se resume ao ciclo OODA, pelo contrário: o ciclo OODA é um esquema que resume algumas de suas principais ideias. Adotar um modelo como esse implica em

extrair dele tanto pressupostos quanto consequências. Para listar apenas dois exemplos: um dos pressupostos do ciclo OODA é que o elemento central dos conflitos é a mente humana; e, uma consequência, que a estrutura “clássica” das organizações militares *deve* ser modificada. A adoção desse modelo só é plausível quando também se está disposto a adotar os seus pressupostos e as suas consequências – ou seja, podemos esperar que, caso levado a sério, uma entidade conceitual como essa terá desdobramentos. Aliás, esta consideração está de pleno acordo com a ideia do ciclo OODA, dado que, a partir do momento em que ele passa a integrar a “orientação”, por exemplo, de uma Força, ele passa a *determinar* tanto a sua observação, quanto sua ação. Enfim, dado que as noções de comando e controle que constam no manual do Exército estão em pleno desacordo com o pensamento de Boyd, podemos julgar que a escolha pelo uso do modelo não foi particularmente cautelosa. Além disso, (iii) a indistinção entre guerra e política que observamos em Lind também pode ser considerada uma consequência do pensamento de Boyd, que, ao mesmo tempo em que formulou uma espécie de modelo para o *pensamento* – este foi o seu empreendimento teórico –, não foi capaz de pensar para além de um perene conflito entre indivíduos e sociedades, que realizam os seus ciclos de tomada de decisão a fim de obter mais “capacidade para a ação independente”²². Mas a nossa principal questão ainda não é essa, a saber, a correção das ideias de Boyd nos documentos das Forças Armadas.

Devemos retomar o experimento mental proposto na introdução deste trabalho: existe algo como uma “guerra psicológica”: como é possível decidir sobre quais teorias – dado que teorias são necessárias para orientar a ação no mundo – são verdadeiras e quais são instrumentos dessa guerra? Nesse contexto, erros teóricos e epistemológicos levariam à derrota.

Ora, alguns dos artigos analisados no primeiro capítulo alertam para os riscos de se importar tecnologias de informação: “a tecnologia (...) da Segurança de Informação não se compra, nem se importa, desenvolve-se” (Pinheiro, 2008, p. 10). Curiosamente, os autores desses artigos se abstêm de realizar uma análise da guerra contemporânea nos seus próprios termos – ou, o que é o cerne da questão, nos termos de um pensamento brasileiro – mas o fazem mediante teorias como a de Lind. O que queremos apontar é o seguinte: a adoção de um pensamento militar “inovador”, em especial quando entregue de bom grado por outros países, do ponto de vista de militares que pensam haver uma “guerra

²² Vide o texto no Apêndice A.

psicológica” é, no mínimo, imprudente. Quem garante que as ideias de Boyd não são apenas instrumentos para corroer os “sistemas de conhecimento e de crenças”, nas palavras de Szafranski (1997, p. 9, trad. nossa), dos adversários de quem as divulga? É evidente que para responder a questões como essas não basta (i) acusar o autor do texto de paranoico – não é dele a proposição de que uma “guerra cultural” está em curso – ou (ii) argumentar que essas teorias são empregadas pelas Forças de outros países, algo como “são as mais usadas pelos Americanos”.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, concluímos que, nos últimos anos, houve um aumento do interesse pelas operações de informação, operações psicológicas e afins no contexto da produção acadêmica do Exército Brasileiro. Dadas as patentes dos autores desses artigos nas datas de publicação – dentre os quais: 9 coronéis, 1 general de brigada e 1 general de divisão – concluímos que esses textos são relevantes para a instituição, na medida em que refletem o pensamento de membros em posição de liderança. No que tange o *conteúdo* dos artigos estudados, cabe destacar o seguinte. Dentre os *riscos* elencados por eles constam (i) uma “guerra” permanente, travada na “dimensão informacional” e (ii) a *perda* do controle da opinião pública pelo Exército. Acerca da formação deste em operações de informação, psicológicas e afins, constam (iii) a necessidade de que as tecnologias e técnicas de informação sejam desenvolvidas nacionalmente e (iv) a necessidade de trocas com outros setores da sociedade, como a mídia e as universidades. Novamente, no que diz respeito à formação de civis nessas áreas, é destacada (v) a necessidade de reduzir a dependência externa nas áreas relacionadas à informação e à comunicação.

A partir disso, nossas considerações foram as seguintes, sumariamente: (i) é preciso estabelecer limites mais claros entre guerra e política – e uma indistinção a esse respeito se agrava mediante considerações que apontam para a possível existência de “adversários internos”, sobretudo quando o sentido de ‘adversário’ é tão vago quanto “apresenta óbices à imagem do Exército, aos interesses do Estado e/ou à coesão nacional etc.”. (ii) O controle da opinião pública pelo Exército implica em uma contradição: cabe à sociedade e aos atores políticos que a representam asserir legitimidades às ações militares. Assim, caso o Exército possua o controle da opinião pública, o controle das instituições militares pela sociedade redundaria em autocontrole. Isso faria dessas instituições atores políticos. Ou seja, com a subtração dos mediadores (Exército → *opinião pública* → *lideranças políticas* → Exército), elas se tornariam “indiretamente autônomas”. E uma autodeterminação desse tipo, ao contrário da necessária abstenção das instituições militares da participação no âmbito político, implica na defesa de interesses *próprios*. Dado o papel das Forças Armadas na defesa do Estado, isso é absurdo.

(iii) e (v): existe, evidentemente, a necessidade de reduzir a dependência externa do país nas áreas relacionadas à comunicação. No entanto, isso não se resume às estruturas físicas, às redes de computadores e às plataformas que nelas operam – como as de redes sociais e de trabalho. Na verdade, observamos também a necessidade de reduzir a

dependência externa do *pensamento* relacionado às áreas da comunicação e da informação. A adesão ao pensamento militar estadunidense, especialmente ao de John Boyd e, por extensão, ao de William Lind, é uma das razões que levam aos problemas indicados acima – como apontado no terceiro capítulo. Tanto uma indistinção entre guerra e política quanto uma ênfase na *psique* aparecem entre as ideias de ambos. Consideramos imprudente a adesão e a pouquíssima reflexão a respeito do pensamento desses autores, assim como de suas possíveis implicações. Finalmente, (iv) também não restam dúvidas quanto à necessidade de trocas entre o setor militar e os demais setores da sociedade. Quanto aos problemas indicados acima, esboçamos as seguintes soluções: (a) é razoável que a comunicação das instituições militares com os demais setores da sociedade seja tão objetiva quanto possível, não cabendo a elas propagandear o que quer que seja. Se existe a necessidade de algo como uma propaganda *das* instituições, isso não implica que ela deva ser produzida *pelos* instituições. Ou seja, se essa propaganda é necessária, ela deve ser responsabilidade de *outras* instituições, não militares. E também (b) é razoável que a sociedade civil tenha acesso aos manuais das instituições militares e que algum tipo de regulação e correção se dê com base nisso. Não desprezamos que o acesso a alguns desses manuais deva obedecer a algum tipo de restrição, mas é preciso que essa dificuldade seja contornada para que se possa, periodicamente, realizar uma análise da doutrina das instituições militares. O debate acadêmico não é *suficiente* para tanto – mas é necessário.

Os problemas apontados nos artigos estudados no primeiro capítulo encontram-se cristalizados nos manuais analisados no segundo. Ou seja: hoje (2025) a doutrina do Exército Brasileiro *prescreve* ações militares no âmbito político. Isso justifica as medidas propostas acima.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Fábio Ivar Cavalcante de. Operações psicológicas: a necessidade de integração com as demais capacidades relacionadas à informação. **Doutrina Militar Terrestre**, v. 5, n. 11, p. 64-73, 2017.

ALMEIDA, Guilherme Marques. Capacidades relacionadas à informação na intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 67-85 2019.

ANDRADE, Vítor Mele de; ANDRADE, Sérgio Luiz Augusto de. Possibilidades de emprego das técnicas, táticas e procedimentos de operações de informação no gerenciamento de percepções para o desenvolvimento de mentalidade de defesa. **Giro Do Horizonte**, v. 9, n. 1, p. 90-103, 2020.

BARBOZA, Anderson Duarte; ARAÚJO, Talita Jéssica do Nascimento de. Novas guerras e guerra de quarta geração: uma crítica aos novos conceitos de guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 38, n. 83, p. 138-158, 2023.

BOYD, John R. **A Discourse on Winning and Losing**. Montgomery: Air University Press, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle**: MD31-M-03. 3. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2015a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas** – MD35-G-01. 5. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2015c.

BRASIL. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha C45-4 – Operações Psicológicas**. 3.ed. Brasília: Ministério da Defesa, 1999.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB20-MC-10.205 – Comando e Controle**. 1. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2015b.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB70-MC-10.212 - Operações Especiais**. 3. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2017.

BRASIL. **Manual de Campanha EB70-MC-10.213 – Operações de Informação**. 2.ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Aprovadas pelo Decreto Legislativo nº 61, de 23 de maio de 2024. 2024b. Disponível em: <

https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa >. Acesso em: 8 fev. 2025.

BRASIL. Polícia Federal. Diretoria de Inteligência Policial. Coordenação-Geral de Contrainteligência. Coordenação de Investigações e Operações de Contrainteligência. **Registro Especial: 2023.0050897-CGCINT/DIP/PF (Inquérito Policial nº 2021.0044972)**. Processo Judicial nº: Pet. 12.100/DF - INQ nº 4.874-DF. Instaurado em: 26/06/2023. Término da investigação: 21/11/2024. 2024a.

CORRÊA, Bruno Souza. Informar e influenciar: um paralelo entre a Doutrina Militar Terrestre e o conflito na Ucrânia sob a ótica informacional. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 15, n. 2, p. 21-26, 2018.

COSTA, Emerson Afonso Azevedo. As operações de informação (Op Info) nas operações de combate ao terrorismo. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 34-40, 2015.

COSTA, João Gabriel Burmann da. **Boyd e Szafranski**: elementos de estudo da guerra psicológica de espectro total. 2014. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COSTA, João Gabriel Burmann da. **John Boyd, Obra e Influência**: elementos para um programa de pesquisas. 2018. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DANTAS, Robson Pinheiro; ÁVILA, Joel Henrique Fonseca de. As operações de informação no Exército Brasileiro. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 156, n. 2, p. 40-50, 2020.

FINK, Bruce. **Introdução clínica a Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

FORD, Daniel. **A Vision So Noble**: John Boyd, the OODA Loop, and America's War on Terror. Warbird Books: 2013.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GUIMARÃES, Augusto da Silva. A utilização da internet sob domínio cibernético inimigo. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 152, n. 2, p. 42-50, 2019.

IGARAPÉ, Instituto. **Mapeamento de Riscos Digitais**: uma agenda multisetorial para a segurança digital no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2021.

LEE, Alexandre Sampaio. Liderança estratégica em tempos de desinformação: pensamento crítico e inteligência emocional em um ambiente de pós-verdade. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 26, p. 01-77, 2021.

LENTZ, Rodrigo. Lawfare, democracia e a transição inacabada brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 38, n. 83, p. 159-175. Rio de Janeiro, 2023.

LIND, William S. **On War**: The collected columns of William S. Lind 2003 - 2009. Finlândia: Castalia House, 2014.

LOPES, Luiz Eduardo Maciel. O tema como quadro: uma oportunidade de sinergia entre inteligência, comunicação social e operações psicológicas. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 53, p. 223-243, 2021.

LOPES, Luiz Eduardo Maciel. Um modelo tripla hélice para sincronizar inteligência e comunicação social. **A Defesa Nacional**, v. 105, n. 835, p. 52-70, 2018.

MARIOTTI, Antonio Cesar Esteves. A desinformação e seus efeitos. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 28, p. 01-89, 2022.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Guerra, complexidade e informação: automação da percepção e os sistemas preditivos de vigilância. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 35, n. 74, p. 117-137, 2020.

MELO, Sérgio Luiz Gomes de. Quando pouco é muito: as operações de informação no nível tático. **Doutrina Militar Terrestre**, v.1, n. 2, p. 62-69, 2013.

MORGADO, Flávio Roberto Bezerra. Fatores da decisão. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 24, p. 15-21, 2020.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

NEIVA FILHO, Ivan Ferreira. Complexidade, caos e a arte da guerra. **Coleção Meira Mattos**, v. 8, n. 32, p. 117-123, 2014.

NEIVA FILHO, Ivan Ferreira. Operações baseadas em efeitos. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 75-95, 2009.

NICHOLS, Giselli Christina Leal; CORRÊA, Claudio Rodrigues. A guerra cognitiva nas redes sociais e suas implicações para a segurança dos Estados. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 38, n. 82, p. 101-121, 2023.

NUNES, Richard Fernandes. A comunicação estratégica do Exército e a dimensão informacional. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 24, p. 01-55, 2020.

OLSEN, John Andreas (ed.). **Airpower Reborn: the strategic concepts of John Warden and John Boyd**. Annapolis: Naval Institute Press, 2015. p. 75-136.

OSINGA, Frans. **Science, strategy and war: the strategic theory of John Boyd**. Nova Iorque: Routledge, 2007.

PIMENTEL, Luiz Paulo Gomes; ESPÓSITO NETO, Tomaz. O estudo da teoria da guerra de quarta geração na Segunda Guerra do Golfo (2003). **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 33, p. 175-183, 2014.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. A tecnologia da informação e a ameaça cibernética na guerra irregular do século XXI. **PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 4-11, 2008.

PINHO, Alessandro Paiva de. A guerra híbrida e os reflexos para o Exército Brasileiro. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 17, p. 71-93, 2016.

RIBEIRO, Ricardo de Queirós Batista; RIBEIRO, Silvar Ferreira. Guerra de informação: entendendo o conceito a partir de uma revisão sistemática do período de 2010 a 2020. **Revista Agulhas Negras**, Resende, v. 5, n. 6, p. 135-148, 2021.

RIBEIRO, Ricardo de Queirós Batista; SILVA, Caio Anchieta Vinagre; NÉTO JÚNIOR, João Carlos da Silva; MACEDO JUNIOR, Gilvan Fernandes. O ensino das operações de informação na formação dos oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro. **Revista Agulhas Negras**, Resende, v. 8, n. 11, p. 110-129, 2024.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; GONÇALVES, Leandro José Clemente. Nem Revolução Militar (RM) nem Revolução em Assuntos Militares (RAM), apenas mudanças de longa duração condensadas na guerra pelo gênio militar. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED)**, v. 5, n. 2, p. 13-36, 2018.

SANTOS, Thiago José Bandeira; SIQUEIRA, André Cezar. A companhia de operações psicológicas: uma proposta de estrutura para o Comando Militar do Leste. **Giro do Horizonte**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-34, 2022.

SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes. A guerra é filha única. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 28, p. 65-78, 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins (org.). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções**: vol. iii: a época da guerra fria e da nova ordem mundial (1945 - 2014). Rio de Janeiro: Elsevier, 2015

SILVA, Lucas Noia Mattos da; MACIEL, Nilson Nunes. O uso das redes sociais nas operações psicológicas como fator de aumento do alcance das campanhas no nível tático em operações de não guerra. **Giro do Horizonte**, v. 11, n. 1, p. 53-59, 2022.

SILVA, Roberto Figueiredo Cavalcanti da. O papel das operações psicológicas e da ação da mídia nas operações militares. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 24, n. 49, p. 257-274, 2008.

SILVA, Sylvio Pessoa da; GOMES FILHO, Paulo Roberto da Silva. Guerra informacional no campo de batalha. **Revista Análise Estratégica**, v. 24, n. 2, p. 45-56, 2022.

SILVA JÚNIOR, José Leopoldino e. A inteligência militar e as operações de informação nos conflitos da atualidade. **A Lucerna**, n. III, p. 1-10, 2013.

SILVEIRA, Fábio Martins da. **Operações Psicológicas**: A evolução das Operações Psicológicas no Exército Brasileiro. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

SOLMS, Mark. **A fonte oculta**: uma jornada até a origem da consciência. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024.

SZAFRANSKI, Richard. **A Theory of Information Warfare**: preparing for 2020. 1997. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/17602-col-richard-szafranski-theoryinformation>. Acesso em: 08/02/2025.

VISACRO, Alessandro. **A guerra na Era da Informação**. São Paulo. Editora Contexto, 2018.

APÊNDICE A

DESTRUIÇÃO E CRIAÇÃO²³

John R. Boyd

3 de Setembro de 1976

RESUMO

Para compreender e lidar com o nosso ambiente, nós desenvolvemos padrões mentais ou conceitos. O objetivo deste artigo é esboçar como destruímos e criamos esses padrões, o que permite que moldemos e sejamos moldados pelo ambiente em mudança. Nesse sentido, a discussão explicita o porquê de não podermos evitar esse tipo de atividade se buscamos sobreviver em nossos próprios termos.

A atividade é dialética por natureza, gerando ordem e desordem, que emergem na forma de um universo de conceitos mentais em mudança e expansão, ligado a um universo de realidade observada em mudança e expansão.

O OBJETIVO DE DESTRUIR E CRIAR

Estudos do comportamento humano revelam que as ações que tomamos enquanto indivíduos estão intimamente relacionadas à sobrevivência, e, mais importante, sobreviver em nossos próprios termos. Naturalmente, tal noção implica que devemos ser capazes de agir de modo relativamente livre ou independente de qualquer influência externa debilitante – do contrário, a própria sobrevivência poderia estar em risco. Considerando o instinto pela sobrevivência desse ponto de vista, deduzimos que um sentido ou objetivo básico, enquanto indivíduos, é de aumentar nossa capacidade para a ação independente.

O grau em que cooperamos, ou competimos, com os outros é dirigido pela necessidade de satisfazer esse objetivo básico. Se acreditarmos que não é possível satisfazer a isso sozinhos, sem a ajuda de outros, a história nos mostra que concordaremos em impor limites às nossas ações independentes – formando coletivos que reúnem habilidades e talentos na forma de nações, corporações, sindicatos, máfias etc. – de modo que os obstáculos no caminho do objetivo básico possam ser removidos ou superados. Por

²³ Traduzido por Gabriel Monteiro O. Cerqueira. O sistema de referências foi mantido como na publicação original, em que os números entre colchetes se referem a uma lista no final do artigo.

outro lado, se o grupo não pode ou não tenta superar obstáculos considerados importantes para muitos (ou um, possivelmente) dos indivíduos que o compõem, o grupo arrisca perder esses membros aliados. Nessas circunstâncias, os membros alienados podem dissolver suas relações e permanecer independentes, formar um grupo para si, ou se juntar a outra coletividade, a fim de aumentar suas capacidades para a ação independente.

AMBIENTE

Em um mundo real de recursos e habilidades limitadas, indivíduos e grupos formam, dissolvem e reformam sua postura cooperativa ou competitiva em um esforço contínuo para remover ou superar obstáculos físicos e sociais do ambiente [11, 13]. No âmbito cooperativo, em que habilidades e talentos estão reunidos, a remoção ou a superação de obstáculos representa um aumento da capacidade para a ação independente para todos os envolvidos. No âmbito competitivo, em que indivíduos e grupos competem por recursos e habilidades escassos, um aumento na capacidade para ação independente alcançado por alguns indivíduos ou grupos restringe essa capacidade para outros indivíduos ou grupos. Naturalmente, tal combinação entre escassez e o esforço para superar a escassez intensifica os esforços de indivíduos e grupos para lidar com seus ambientes físicos e sociais [11, 13].

A NECESSIDADE DE DECISÕES

Contra esse pano de fundo, ações e decisões tornam-se drasticamente importantes. Ações devem ser tomadas em série e de muitos modos diferentes. Decisões devem ser renderizadas, a fim de monitorar e determinar a natureza precisa das ações necessárias e que sejam compatíveis com o objetivo. Fazer essas decisões a tempo implica que devemos ser capazes de formar conceitos da realidade observada, tal como a percebemos, e ser capazes de mudar esses conceitos na medida em que a própria realidade parece se transformar. Então, os conceitos podem ser usados como modelos de decisão, a fim de aumentar a nossa capacidade para a ação independente. Tal demanda por decisões que, literalmente, impactam nossa sobrevivência, suscita a pergunta: Como nós geramos ou criamos os conceitos mentais que servem de base à atividade de tomada de decisão?

CRIANDO CONCEITOS

Há dois modos pelos quais podemos desenvolver e manipular conceitos mentais para representar a realidade observada: podemos começar a partir de um todo e dividi-lo em seus particulares, ou podemos começar de particulares e prosseguir em direção a um todo. Dizendo de outra forma, semelhante à primeira, nós podemos ir do-geral-para-o-específico ou do-específico-para-o-geral. Um pouco de reflexão a esse respeito revela que a dedução está relacionada ao proceder do-geral-para-o-específico, enquanto a indução, ao proceder do-específico-para-o-geral. Acompanhando este raciocínio, podemos pensar em outras atividades que se assemelham a essas duas ideias opostas? A análise não é semelhante ao proceder do-geral-para-o-específico? E a síntese, o oposto da análise, não é semelhante ao proceder do-específico-para-o-geral? Reunindo tudo isso: Não podemos dizer que do-geral-para-o-específico é relativo tanto à dedução quanto à análise, enquanto do-específico-para-o-geral é relativo tanto à indução quanto à síntese? Finalmente, podemos pensar em alguns exemplos para essas duas ideias opostas?

Não precisamos olhar para longe. O cálculo diferencial procede do-geral-para-o-específico – de uma função para as derivadas. Assim, não é o uso ou a aplicação do cálculo diferencial relacionado à dedução e à análise? O cálculo integral, por outro lado, procede em direção oposta – de uma derivada para uma função geral. Assim, o uso e a aplicação do cálculo integral não é relacionado à indução e à síntese? Somando tudo, podemos ver que: do-geral-para-o-específico é relacionado à dedução, análise e diferenciação, enquanto do-específico-para-o-geral é relacionado à indução, síntese e integração.

Agora, mantendo essas duas correntes de ideias opostas em mente, vamos nos mover para uma abordagem diferente. Se quiser, imagine um domínio (um todo) e seus elementos constituintes, ou partes. Agora, imagine outro domínio e suas partes constituintes. Mais uma vez, imagine outro domínio ainda e suas partes constituintes. Repetindo essa ideia reiteradamente nós podemos imaginar qualquer número de domínios e as partes correspondentes a cada um.

Naturalmente, na medida em que passamos pela vida, desenvolvemos conceitos (que incluam constituintes) para representar a realidade observada. Não podemos comparar esses conceitos – e seus relativos constituintes – aos domínios e constituintes que formamos em nossa imaginação? Podemos, naturalmente. Mantendo essa relação em mente, suponha que fragmentamos a correspondência de cada domínio, ou conceito, com seus elementos constituintes. Em outras palavras, nós imaginamos a existência das partes,

mas fingimos que os domínios ou conceitos a que eles eram previamente associados não existem. Resultado: Nós temos vários constituintes, ou particulares, nadando em um mar anárquico. Nós temos incerteza e desordem, ao invés de sentido e ordem.

Além disso, podemos ver que tal desestruturação ou destruição de vários domínios – romper a correspondência entre cada um de seus respectivos constituintes – é relativo à dedução, análise e diferenciação. Nomeamos esse tipo de desestruturação de destruição dedutiva.

Em face de tal desordem e caos, como podemos reestruturar ordem e sentido? Retomando a corrente de ideias do-específico-para-o-geral, indução, síntese e integração, o pensamento ocorre de modo que um novo domínio ou conceito pode ser formado se encontrarmos algumas qualidades, atributos ou operações em comum entre alguns ou vários desses constituintes nadando nesse mar de anarquia. Através de alguns fios conectados (que produzem sentido), sintetizamos constituintes a partir e através dos domínios que fragmentamos [24].

Reunindo particulares desse modo, podemos formar um novo domínio ou conceito – contanto, é claro, que não reunamos inadvertidamente apenas aqueles “bits e partes” segundo o mesmo arranjo associado a um dos domínios removidos da imaginação. Claramente, tal síntese indicaria que nós geramos algo novo e diferente do que existiu previamente. Retomando a nossa corrente de ideias, concluímos que criatividade está relacionada à indução, síntese e integração, já que procedemos de bits e partes desestruturadas no sentido de um novo padrão geral ou conceito. Nomeamos tal ação de indução criativa, ou construtiva. Sem essa desestruturação, a criação de uma nova estrutura não pode proceder – já que os bits e partes continuam entrelaçados, formando um sentido no interior de domínios ou conceitos incontestados.

Retomando o fato de usarmos conceitos, ou padrões mentais, para representar a realidade, concluímos que a desestruturação e reestruturação descrita revela um modo de alterar a nossa percepção da realidade [28]. Naturalmente, tal noção implica que o padrão emergente de ideias e interações deve ser internamente consistente e corresponder à realidade [14, 15]. Para averiguar ou verificar a consistência interna nós buscamos observar se podemos reconstituir a operação de volta aos constituintes originalmente empregados no processo criativo ou de indução criativa. Se não pudermos reverter a operação, as ideias e interações não caminham lado a lado sem contradição. Portanto, elas não são internamente consistentes. Porém, isso não necessariamente quer dizer que rejeitamos e descartamos toda a estrutura. Em vez disso, devemos tentar identificar as

ideias (particulares) e interações que parecem se manter reunidas em um padrão coerente de atividade e aquelas que não parecem se encaixar. Ao realizar essa tarefa, testamos a reversibilidade, assim como que ideias e interações se adequam à nossa observação da realidade [27, 14, 15]. Usando as ideias e interações que passaram por esse teste, junto a novas ideias (decorrentes de novas destruições dedutivas) ou outras ideias promissoras que tenham emergido da destruição dedutiva da original, nós tentamos mais uma vez encontrar algumas qualidades em comum, ou operações que recriem o conceito – ou criem um novo conceito. E então, mais uma vez, testamos a reversibilidade e a adequação à realidade. Reiteradamente, este ciclo de Destruição e Criação é repetido até que possamos demonstrar consistência interna e adequação à realidade [19, 14, 15].

SUSPEITA

Quando esse estado ordeiro (e satisfatório) é alcançado, os conceitos tornam-se um padrão coerente de ideias e interações que podem ser utilizados para descrever alguns aspectos da realidade observada. Como consequência, há pouco ou nenhum apelo para ideias e interações alternativas, cujo esforço é de expandir, completar ou modificar o conceito [19]. Em vez disso, o esforço muda o sentido para dentro, para o afino das ideias e interações, a fim de aumentar a generalidade e produzir uma maior adequação do padrão conceitual à realidade [19]. Com essa finalidade, o conceito – e seus funcionamentos internos – é reiteradamente testado diante do fenômeno observado, de modos diferentes e sutis [19].

Tal esforço, repetido e orientado para dentro, de explicar aspectos cada vez mais sutis da realidade sugere a ideia vertiginosa de que, talvez, em algum ponto, ambiguidades, incertezas, anomalias e inconsistências aparentes possam emergir para suprimir uma adequação mais precisa entre o conceito e a realidade observada [19]. Por que temos essa suspeita?

Por um lado, compreendemos que fatos, percepções, ideias, interações etc. retirados de observações prévias e padrões de pensamentos foram conectados para criar um novo padrão conceitual. Por outro, suspeitamos que observações refinadas, agora em curso, eventualmente exibirão mais e/ou uma forma diferente de precisão e sutileza, em comparação com as observações e padrões de pensamento anteriores. Claramente, qualquer diferença ou diferenças antecipadas sugerem que devemos esperar uma inadequação entre as novas observações e a descrição conceitual antecipada dessas

observações. Pensar de outro modo seria o equivalente a admitir que quaisquer constituintes e interações anteriores produziram a mesma síntese que quaisquer outros constituintes e interações novos e que exibem maiores ou diferentes formas de precisão e sutileza. Isso seria admitir que um é igual a dois. Evitar essa posição desconfortável implica que devemos antecipar a inadequação entre a observação do fenômeno e a descrição conceitual dessa observação. Tal noção não é nova e é indicada pelas descobertas de Kurt Gödel e Werner Heisenberg.

INCOMPLETUDE E CONSISTÊNCIA

Em 1931, Kurt Gödel produziu uma inquietação no Mundo da Matemática e da Lógica, quando revelou que é impossível abarcar a matemática em um único sistema lógico [12, 23]. Ele alcançou isso provando que qualquer sistema consistente – o que inclui a aritmética dos números inteiros – é incompleto. Em outras palavras, há proposições ou conceitos verdadeiros dentro desse sistema que não podem ser deduzidos dos postulados que servem-no de base. Seguidamente, ele provou que mesmo que tal sistema seja consistente, sua consistência não pode ser demonstrada internamente.

Tal resultado não implica que é impossível provar a consistência de um sistema. Mas apenas que tal prova não pode ser alcançada por dentro do sistema. Desse modo, desde Gödel, Gernhard Gentzen e outros têm mostrado que a prova da consistência da aritmética pode ser encontrada recorrendo a sistemas externos à aritmética. Portanto, o corolário da prova de Gödel é que para determinar a consistência de qualquer novo sistema, devemos construir ou descobrir um sistema além daquele. Esse ciclo deve se repetir para determinar a consistência de sistemas cada vez mais elaborados [29, 27].

Mantendo esse processo em mente, vejamos como os resultados de Gödel impactam o esforço para aprimorar a adequação de conceitos com a realidade observada: Para tanto, consideremos dois tipos de consistência: A consistência do conceito e a consistência da adequação entre a realidade observada e a descrição conceitual dessa realidade. Nesse sentido, se assumirmos – como resultado dos esforços anteriores de destruição dedutiva e criação indutiva – que possuímos um conceito consistente e uma adequação consistente, não devemos encontrar diferenças entre observação e descrição conceitual. E ainda, como pudemos observar, por um lado, nós usamos observações para moldar um conceito; e, por outro, usamos um conceito para moldar a natureza das investigações e observações futuras da realidade. Para trás e para frente, reiteradamente, usamos observações para afiar um

conceito e um conceito para afiar observações. Sob essas circunstâncias, um conceito deve ser incompleto, uma vez que dependemos de uma variedade de observações em transformação para moldá-lo ou formulá-lo.

Da mesma maneira, nossa observação da realidade deve ser incompleta, já que dependemos de um conceito em transformação para moldar ou formular a natureza de novos inquéritos e observações. Portanto, quando exploramos para trás e para frente com mais precisão e sutileza, devemos admitir que existem diferenças entre observação e descrição conceitual; desse modo, não podemos determinar a consistência do sistema de dentro dele – no que diz respeito ao seu conceito e a adequação à realidade.

Outrossim, a consistência não pode ser determinada, mesmo quando a precisão e a sutileza do fenômeno observado se aproxima da precisão e da sutileza do observador – que está empregando as ideias e interações que funcionam conjuntamente no padrão conceitual. Esse aspecto da consistência é considerado não apenas pela Prova de Gödel, como também pelo Princípio da Incerteza, ou Indeterminação, de Heisenberg.

INDETERMINAÇÃO E INCERTEZA

O Princípio de Indeterminação, descoberto por Werner Heisenberg em 1927, mostrou que não é possível estabelecer ou determinar com precisão a velocidade e a posição de uma partícula, ou corpo, simultaneamente [14, 19]. Especificamente, ele mostrou que, devido à influência de um observador, o produto da incerteza da velocidade e da posição é igual ou maior do que um pequeno valor (a Constante de Planck) dividido pela massa da partícula, ou corpo, sendo investigado. Em outras palavras:

$$\Delta V \cdot \Delta Q \geq h/m$$

onde ΔV é a incerteza da velocidade, ΔQ , a incerteza da posição e h/m é a Constante de Planck (h) dividida pela massa observada (m).

Um exame do Princípio de Heisenberg revela que, na medida em que a massa se torna excessivamente pequena, a incerteza, ou indeterminação, se torna excessivamente grande. Agora – de acordo com essa relação – quando a precisão, ou massa, do fenômeno observado é igual ou tão pequena quanto a precisão, ou massa do fenômeno observador, os valores de incerteza tornam-se maiores ou tão grandes quanto a velocidade e a ordem de

grandeza associadas aos corpos em observação [9]. Em outras palavras, quando a distinção pretendida entre observador e observado começa a desaparecer [3], os valores de incerteza escondem, ou mascaram, o comportamento do fenômeno; ou, de outro modo, o observador percebe um comportamento incerto e errático, que se evidencia de acordo com a relação de indeterminação. Sob tais circunstâncias, valores de incerteza representam a inabilidade em determinar o caráter ou natureza (consistência) de um sistema de dentro dele mesmo. Por outro lado, se a precisão e a sutileza do fenômeno observado forem muito menores que àquelas do fenômeno observador, os valores de incerteza se tornam muito menores que a velocidade e a ordem de grandeza dos corpos sendo observados [2]. Sob essas circunstâncias, o caráter ou natureza de um sistema pode ser determinado – no entanto, não com exatidão – já que os valores de incerteza não escondem, ou mascaram, o comportamento do fenômeno observado, ou indicam comportamento errático.

Tendo em mente que o Princípio da Incerteza de Heisenberg depende implicitamente da presença indeterminada e influência de um observador [14], podemos observar – como apontam os dois exemplos citados – que a magnitude dos valores de incerteza representam o grau de intrusão do observado pelo observador. Quando a intrusão é total (isto é, quando a distinção pretendida entre observador e observado essencialmente desaparece [3]), os valores de incerteza indicam comportamentos erráticos. Quando a intrusão é baixa, os valores de incerteza não escondem, ou mascaram, o fenômeno observado e nem indicam comportamento errático significativo. Em outras palavras, os valores de incerteza não apenas representam o grau de intrusão do observado pelo observador, como também o grau de confusão e desordem percebido pelo observador.

ENTROPIA E A SEGUNDA LEI DA TERMODINÂMICA

Confusão e desordem também estão relacionados à noção de Entropia e à Segunda Lei da Termodinâmica [11, 20]. Entropia é um conceito que representa o potencial de realizar trabalho, a capacidade de tomar uma ação, ou o grau de confusão e desordem associado a qualquer atividade física ou informacional. Alta entropia implica um baixo potencial de realização de trabalho, uma baixa capacidade de tomada de ação, ou um alto grau de confusão e desordem. Baixa entropia significa o oposto. Vista nesse contexto, a Segunda Lei da Termodinâmica afirma que todos os fenômenos naturais observados geram entropia [20]. A partir dessa lei torna-se possível dizer que a entropia aumenta em

qualquer sistema fechado – ou, nesse caso, em qualquer sistema que não se comunica de forma ordenada com outros sistemas ou meios ambientes externos a ele mesmo.

Portanto, sempre que decidimos realizar trabalho ou tomar uma ação dentro de tal sistema – um conceito e sua adequação com a realidade – podemos antecipar o aumento de entropia e, portanto, o aumento de confusão e desordem. Naturalmente, isso quer dizer que nós não podemos determinar o caráter ou a natureza (consistência) de tal sistema por dentro dele mesmo, já que esse sistema está se movendo irreversivelmente no sentido de um estado mais elevado, ainda desconhecido, de confusão e desordem.

DESTRUIÇÃO E CRIAÇÃO

A que resultado interessante chegamos! De acordo com Gödel, não podemos – no geral – determinar a consistência, e, portanto, o caráter ou natureza de um sistema abstrato de dentro dele mesmo. De acordo com Heisenberg e a Segunda Lei da Termodinâmica, qualquer tentativa de fazê-lo em um mundo real revelará incerteza e produzirá desordem. Tomadas juntas, essas três noções dão apoio à ideia de que qualquer ação orientada para dentro e o esforço contínuo de aumentar a adequação do conceito com a realidade observada apenas aumentará o grau de inadequação.

Naturalmente, nesse ambiente, incerteza e desordem aumentarão, como indicado anteriormente pelo Princípio da Indeterminação de Heisenberg e a Segunda Lei da Termodinâmica, respectivamente. Outrossim, podemos esperar ambiguidades, incertezas e anomalias inexplicadas, ou inconsistências aparentes emergirem mais e com uma frequência cada vez maior. Além disso, a menos que algum tipo de alívio esteja disponível, podemos esperar o aumento da confusão até a desordem se aproximar do caos – a morte.

Felizmente, há uma saída. Lembre-se, como exposto anteriormente, podemos forjar um novo conceito através das operações mentais de dedução destrutiva e indução criativa. Lembre-se, além disso, que para performar essas operações mentais dialéticas, é necessário fragmentar o rígido padrão conceitual, ou padrões, firmemente estabelecidos em nossas mentes. (Isso não deveria ser muito difícil, uma vez que o aumento da confusão e da desordem já estão ajudando a enfraquecer qualquer padrão).

A seguir, devemos encontrar algumas qualidades, atributos ou operações comuns para conectar fatos, percepções, ideias, impressões, interações, observações etc. isolados, a fim de formar possíveis conceitos para representar o mundo real. Finalmente, devemos repetir

essa desestruturação e reestruturação até desenvolvermos um conceito adequado à realidade. Ao fazer isso – de acordo com Gödel, Heisenberg e a Segunda Lei da Termodinâmica – descobrimos que a incerteza e a desordem geradas por um sistema orientado para dentro e ao interagir consigo mesmo pode ser compensada mudando a orientação para fora e criando um novo sistema. De forma simples, incerteza e desordem podem ser diminuídas pelo artifício da criação de um conceito mais amplo e mais geral para representar a realidade.

Porém, novamente, ao começamos a nos orientar para dentro e a usar o novo conceito – dentro de seu próprio padrão de ideias e interações – para produzir um estado mais refinado de adequação com a realidade observada, notamos que o novo conceito e sua adequação com a realidade começa a se destruir, tal como antes. Dessa forma, o ciclo dialético de destruição e criação passa a se repetir mais uma vez. Em outras palavras, como sugerido pela Prova da Incompletude de Gödel, evidenciamos que o processo de Estruturação, Desestruturação, Reestruturação, Desestruturação, Reestruturação é repetido sem fim no sentido de níveis mais altos de elaboração. No desenrolar da trama, o ciclo alternativo de aumento da entropia no sentido de mais desordem, e a diminuição da entropia no sentido de mais ordem, parece ser uma parte de um mecanismo de controle que parece, literalmente, dirigir e regular esse ciclo alternativo de destruição e criação no sentido de níveis mais elevados e amplos de elaboração.

Agora, relacionando essa atividade dedutiva/criativa ao objetivo básico discutido no início do texto, acredito que descobrimos uma Máquina Dialética que permite a construção de modelos de tomada de decisão necessários aos indivíduos e sociedades para determinar e monitorar suas capacidades para a ação independente. Além disso, como essa máquina é orientada pela satisfação desse objetivo básico, o próprio esforço no sentido desse objetivo parece ser o outro lado de um mecanismo de controle que também parece regular e dirigir o ciclo alternativo de destruição e criação no sentido de níveis mais elevados e amplos de elaboração.

Nesse contexto, ao agir dentro de um sistema rígido ou, essencialmente, um sistema fechado, o esforço de indivíduos e sociedades no sentido do aumento de suas capacidades para ação independente tende a produzir desordem, aleatoriedade e morte. Por outro lado, como demonstrado, a crescente desordem gerada pelo aumento da inadequação entre o conceito do sistema e a realidade observada abre ou desestrutura esse sistema.

Na medida em que a desestruturação ou, como a chamamos, dedução destrutiva se desdobra, ela inverte o seu sentido para uma criação indutiva, para impedir a tendência em

direção à desordem e ao caos, e satisfazer a necessidade de ordem crescente. Paradoxalmente, portanto, a entropia crescente permite a ambos, destruição, ou desestruturação, de um sistema fechado e a criação de um novo sistema para anular a marcha no sentido da aleatoriedade e da morte.

Reunidas, as noções de entropia e a Segunda Lei da Termodinâmica e o objetivo básico de indivíduos e sociedades, parecem trabalhar em uma harmonia dialética, dirigindo e regulando a ação destrutiva/criativa, ou dedutiva/indutiva – que descrevemos anteriormente como uma máquina dialética. O resultado é um universo de conceitos mentais em mudança e expansão e um universo de realidade observada em mudança e expansão [28, 27]. Como indicado anteriormente, esses conceitos mentais são empregados como modelos de decisão por indivíduos e sociedades para determinar e monitorar ações necessárias para lidar com o ambiente – ou aumentar suas capacidades para a ação independente.

REFERÊNCIAS

1. Beveridge, W.I.B, The Art of Scientific Investigation, Vintage Books, Third Edition (1957)
2. Boyd, John R., Destruction and Creation (23 Mar 1976)
3. Brown, G. Spencer, Laws of Form, Julian Press, Inc. (1972)
4. Conant, James Bryant, "Two Modes of Thought," Credo Perspectives, Simon and Schuster (1970)
5. DeBono, Edward, New Think, Avon Books (1971)
6. DeBono, Edward, Lateral Thinking: Creativity Step by Step, Harper Colophon Books (1973)
7. Foster, David, The Intelligent Universe, Putnam (1975)
8. Fromm, Erich, The Crisis of Psychoanalysis, Fawcett Premier Books (1971)
9. Gamow, George, Thirty Years That Shook Physics, Anchor Books (1966)
10. Gardner, Howard, The Quest for Mind, Vintage Books (1974)
11. Georgescu-Roegen, Nicholas, The Entropy Law and the Economic Process, Harvard University Press (1971)
12. Gödel, Kurt, "On Formally Undecidable Propositions of the Principia Mathematica and Related Systems," pages 3-38, The Undecidable, Raven Press (1965)
13. Heilbroner, Robert L., An Inquiry into the Human Prospect, Norton and Co. (1974)
14. Heisenberg, Werner, Physics and Philosophy, Harper Torchbooks (1962)
15. Heisenberg, Werner, "Across the Frontiers," World Perspectives, Harper and Row (1974)
16. Foyle, Fred, "Encounter with the Future", Credo Perspectives, Simon and Schuster (1968)
17. Hoyle, Fred, "The New Face of Science", Perspectives in Humanism, World Publishing Co. (1971)
18. Kramer, Edna E., "The Nature' and Growth of Modern Mathematics", Fawcett Premier Books (1974)
19. Kuhn, Thomas S., The Structure of Scientific Revolutions, University of Chicago Press (1970)

20. Layzer, David, "The Arrow of Time", Scientific American (December 1975)
21. Levinson, Harry, The Exceptional Executive, Mentor Books (1971)
22. Maltz, Maxwell, Psycho-Cybernetics, Wilshire Book Co. (1971)
23. Nagel, Ernest and Newman, James R., Gödel's Proof, New York University Press (1958)
24. Osborne, Alex F., Applied Imagination, Scribners and Sons (1963)
25. Pearce, Joseph Chilton, The Crack in the Cosmic Egg, Pocket Books (1975)
26. Pearce, Joseph Chilton, Exploring the Crack in the Cosmic Egg, Pocket Books (1975)
27. Piaget, Jean, Structuralism, Harper Torchbooks (1971)
28. Polanyi, Michael, Knowing and Being, University of Chicago Press (1969)
29. Singh, Jagjit, Great Ideas of Modern Mathematics: Their Nature and Use, Dover (1959)
30. Skinner, B.F., Beyond Freedom and Dignity, Bantam/ Vintage Books (1972)
31. Thompson, William Irwin, At the Edge of History, Harper Colophon Books (1972)
32. Thompson, William Irwin, Evil and World Order, World Perspective, Harper and Row (1976)
33. Tse-Tung, Mao, Four Essays on China and World Communism, Lancer Books (1972)
34. Waismann, Friedrich, Introduction to Mathematical Thinking, Harper Torchbooks (1959)
35. Watts, Alan, The Book, Vintage Books (1972)
36. Yukawa, Hideki, Creativity and Intuition, Kodansha International